

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO/MBA EM
POLÍTICA INTERNACIONAL**

Curso de Especialização – BUSINESS INTELLIGENCE

MARIA AMÉLIA MAZZOLA

**COOPERAÇÃO JURÍDICA E INSERÇÃO
INTERNACIONAL DO BRASIL:**

O caso da contribuição brasileira em Timor-Leste

**Brasília
Agosto-2007**

Maria Amélia Mazzola

**COOPERAÇÃO JURÍDICA E INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL:
O caso da contribuição brasileira em Timor-Leste**

**Trabalho de conclusão de Curso – Monografia, como
pré-requisito parcial para a conclusão do curso de Pós-
graduação Lato Sensu em Business Intelligence do
Centro Universitário – Unieuro na área de Política
Internacional.**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Domínguez Avila

**Brasília
Agosto-2007**

MARIA AMÉLIA MAZZOLA

**COOPERAÇÃO JURÍDICA E INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL:
O caso da contribuição brasileira em Timor-Leste**

Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do grau de Especialista em *Business Intelligence* e aprovada em sua forma final pelo curso de Pós-graduação Lato Sensu em *Política Internacional* do Centro Universitário UNIEURO

Aprovado em agosto de 2007

Orientador : Prof. Dr. Carlos Dominguez Avila

**Brasília
Agosto-2007**

Dedico essa realização à minha mãe, pessoa amada que me ensinou a importância da vida. Ao meu esposo e filho pela compreensão e força que de alguma forma, fizeram possível a concretização deste.

Agradeço sinceramente a todos aqueles que ofereceram seu apoio ao longo dessa jornada. Ao Superior Tribunal Justiça pela oportunidade. Agradeço especialmente, por sua ajuda e dedicação ao Professor Carlos Domínguez Avila.

A noção de fraternidade, no sentido de uma atitude social, implica unicamente o conceito de justiça, de igualdade. Amar a humanidade e querer não somente a solução temporária de suas misérias e de seus sofrimentos morais, mas também sua dignidade. Por esta razão, a caridade perde um pouco de sua utilidade em relação aos direitos de cada um juridicamente definidos e garantidos.

Sérgio Viera de Mello

RESUMO

Esta monografia analisa a cooperação internacional e a importância do seu papel nas relações internacionais contemporâneas, enquadrando a matéria no âmbito do debate entre as teorias realista e liberal e a sua definição no mundo atual. Em torno da referida questão o trabalho analisa as atividades de cooperação internacional que envolvem conhecimentos inerentes às mais diversas atividades, tendo como protagonistas atores nacionais e internacionais, entre eles o Brasil. Este documento busca analisar o papel de nosso país nas cooperações jurídicas internacionais. Estuda-se, também, a história do Timor-Leste, destacando-se, aí, a necessidade de intervenção internacional por sua independência, o papel da ONU e do Brasil nos destinos daquela nação até os dias de hoje. Como conclusão a monografia destaca a relevância da cooperação jurídica entre Brasil e Timor-Leste e o papel do Superior Tribunal de Justiça nos resultados até o momento alcançados. Para atingir tal objetivo é feita uma análise dos principais pressupostos que auxiliam no processo de concretização dos acordos jurídicos internacionais, principalmente entre dois países, que têm raízes históricas comuns: Brasil e Timor-Leste.

Palavras-Chave: Cooperação Internacional, Cooperação Jurídica, Brasil, Timor-Leste.

ABSTRACT

This study analyses international cooperation and the important roles it plays in contemporary international affairs, framing the issue within the debate of the realist and liberal theories and how they stand in the world today. Around this issue the paper analyses the activities of international cooperation that involves bringing together knowledge related to a varied set of activities, through national and international actors, among them Brazil. This documents sets out an analysis of the role our country plays in international cooperation in the judicial area. It also studies the history of East Timor, highlighting the need of international intervention for its independence, the role of the UN and Brazil in the destiny of that nation to this date. In its conclusion, the study points out the relevance of the judicial cooperation between Brazil and East Timor and the role of the Superior Court of Justice in the results achieved to date. Therefore, it carries out an analysis of the main assumptions that facilitate the process of putting international judicial agreements in place, mainly between these two countries that have common roots: Brazil and East Timor.

Key-Words: International Cooperation, Judicial Cooperation, Brazil, East Timor

SIGLAS E ABREVIATURAS

Apodeti	Associação Popular Democrática Timorense
ASDT	Associação Social Democrática Timorense
CNRT	Conselho Nacional de Resistência Timorense
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
FALINTIL	Força Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste
FRETILIN	Frente de Libertação de Timor-Leste Independente
IbeRed	Rede Ibero Americana de Cooperação Judicial
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UDT	União Democrática Timorense
UE	União Européia
Unamet	Unied Nations Mission em East-Timor (Missão das Nações Unidas em Timor Leste)
Untaet	United Nations Transistional Administration in East-Timor(Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	2
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	2
1.1 Importância da Cooperação Internacional	2
1.2 Cooperação Internacional Jurídica	3
1.3 Debate Teórico: realismo e liberalismo	5
1.4 Cooperação Internacional em busca de uma definição	9
CAPÍTULO 2	11
BRASIL – INSERÇÕES JURÍDICAS INTERNACIONAIS	11
2.1 Brasil e a Cooperação Internacional Jurídica	11
2.2 Brasil e a Rede Ibero Americana de Cooperação Judicial – IbeRED	14
2.3 Brasil e a Organização dos Estados Americanos - OEA	15
2.4 Brasil e Cooperação com os Países de Língua Portuguesa CPLP	17
2.5 Brasil: cooperação técnica entre países em desenvolvimento – CTPD	19
CAPÍTULO 3	21
TIMOR LESTE ANTECEDENTES HISTÓRICOS, PODER JUDICIÁRIO, ONU E A MISSÃO DE PAZ	21
3.1 Colonização Portuguesa	21
3.2 Timor-Leste: dominação da Indonésia e a luta pela libertação nacional	25
3.3 Timor-Leste: Justiça e o judiciário	28
3.4 ONU e a questão do Timor Leste até a independência	30
3.5 ONU – United Nations Mission of support in East Timor (UNMISET)	34
3.6 ONU – United Nations Office in East Timor (UNOTIL)	36
3.7 Brasil e as operações de paz em Timor-Leste	37
3.8 Timor-Leste de 2002 até os dias de hoje	38
CAPÍTULO 4	41
BRASIL E O TIMOR LESTE – COOPERAÇÃO JURÍDICA	41
4.1 Brasil e sua contribuição no Timor-Leste: com ênfase na Cooperação Jurídica	41
4.2 – Experiência de Cooperação Jurídica entre Brasil e Timor-Leste e a participação do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	42

4.3 Cenários futuros da cooperação entre Brasil e Timor-Leste no campo jurídico	45
4.4 Uma Avaliação dos resultados alcançados com os Projetos de Cooperação Brasil e Timor Leste: aspectos positivos e negativos	47
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXO	53
ANEXO B	61

INTRODUÇÃO

Os Tratados internacionais são demandas internacionais capazes de administrar questões que fogem do poder dos Estados. Dada a importância desses acordos às Cooperções Internacionais vão ser utilizadas para solucionar problemas internacionais, tais como, a reconstrução de países fragmentados por guerras. Esta monografia se propõe analisar os fatores e motivos que influenciaram a ajuda internacional no Timor-Leste e o papel do Brasil como colaborador, principalmente, na cooperação jurídica.

Como base no exposto, esta monografia está estruturada em quatro capítulos: Cooperação Internacional, Inserções Jurídicas Internacionais, Timor-Leste antecedentes históricos - Poder Judiciário, ONU e a Missão de Paz e por último Brasil e Timor-Leste -Cooperação Jurídica.

No Capítulo 1, é feita uma análise da importância da cooperação internacional no contexto político e do ponto de vista teórico e prático, destacando a cooperação jurídica. Desta forma, busca-se caracterizar a posição dos Estados frente aos tratados internacionais dentro do debate teórico: realismo e liberalismo.

Já no Capítulo 2 descreve o Brasil e sua participação nas cooperações Jurídicas Internacionais. Desde da Constituição de 1824, o Brasil prevê assistência a estados estrangeiros e sua participação se fez ativa, desde então, na conjuntura internacional.

No Capítulo 3, resgatará a história do Timor-Leste desde da colonização até os dias atuais. A necessidade da ajuda internacional e a importância da ONU na construção de um Estado independente. Diante disso, operações de paz foram orquestradas por países que apoiaram a independência.

No Capítulo 4 será analisada a participação do Brasil no Timor-Leste, discutindo sua contribuição na cooperação jurídica, dando ênfase na participação do Superior Tribunal de Justiça na reconstrução do poder judiciário daquele país. Será feita uma análise do cenário internacional sob a perspectiva otimista e pessimista das cooperações internacionais, as intenções e repercussões das atitudes do governo brasileiro.

CAPÍTULO 1

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: BREVES APONTAMENTOS CONCEITUAIS E EMPÍRICOS

A análise apresentada situa-se na importância da cooperação internacional no contexto político e do ponto de vista teórico e prático, destacando-se a cooperação jurídica e finalizando sobre sua definição no mundo atual.

1.1 Importância da Cooperação Internacional

Cooperação internacional constituiu um importantíssimo mecanismo auxiliar da política externa das nações. Sobre esse tema, o Professor Jacques Marcovitch ensina que:

Ao proporcionar a integração internacional, a colaboração nos campos científico e tecnológico e a realização de cooperações internacionais lastreadas na competitividade formam recursos humanos orientados para as prioridades do desenvolvimento ¹

Os objetivos de uma atividade de cooperação, cuja matéria-prima e produto essência, é o conhecimento, são conjuntamente definidos, e a meta que busca é passível de interpretações e apropriações distintas e, portanto, de ganhos científicos, tecnológicos, políticos, econômicos e sociais diferentes por parte de cada cooperante, de acordo com Marcos Truvio:

Deve-se entender, num plano mais geral, cooperação como alguma atividade conjunta” para cujo resultado final concorrem necessariamente, diferentes atores. Não se move pelos interesses predominante pecuniários que marcam uma relação do tipo contratual. Cada cooperante tem noção de ser um agente da atividade e não mero receptor de um serviço realizado por outrem. ²

¹ MARCOVITCH, Jacques, *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Edusp- Editora da USP, 1994, pág 19.

² TRUVIO, Marcos, *Tecnologia & Diplomacia: Desafios da cooperação internacional*, São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2003 ,pág. 104.

As atividades de cooperação se realizam envolvendo conhecimentos que, em princípio, não poderiam ser apreendidos unicamente através de modalidades tradicionais de comércio internacional, pois ela não se restringe a algumas áreas, ela engloba todos os campos: social, político, saúde, militar, educacional e cultural.

Para uma compreensão mais realista a Cooperação Internacional se estende às atividades diversas envolvendo atores nacionais e/ou internacionais

1.2 Cooperação Internacional Jurídica

Classifica a cooperação Jurídica Internacional quando o instrumento de integração jurisdicional entre Estados soberanos recorre ao auxílio que lhe possam prestar outras nações.

A cooperação judiciária não afronta a soberania nacional dos estados cooperados, pois justifica suas ações como autônomas e independentes. A soberania teve repercussões importantes na estrutura do poder político, fornecendo a idéia do que se tem hoje como Estado-nação. Bodin define soberania como *“um poder absoluto e perpétuo, ao qual jamais se poderia impor qualquer limite nem responsabilidade”*³.

De acordo com Viotti e Kauppi⁴, os Estados soberanos, nessa perspectiva, não se submetem a uma hierarquia de autoridade, isto é, o sistema internacional não possui um governo cuja autoridade se imponha sobre os Estados, pois o sistema internacional é formado por atores formalmente iguais.

Contudo, há uma hierarquia de autoridade, de poder, pois o ambiente internacional é constituído por Estados que diferem quanto à detenção dos recursos.

Conforme o interesse imediato na efetividade da prestação jurisdicional, a cooperação pode ser ativa ou passiva, conforme o acordo ou interesse imediato, nacional ou estrangeiro.

A expressão “cooperação jurídica internacional” decorre da idéia de que a efetividade da jurisdição, nacional ou estrangeira, pode depender do intercâmbio não apenas entre órgãos

³ BRILLARD, philippe, *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p.133

⁴ VIOTTI, Paul R. & KAUPPI, Mark V, *Internacional relations theory – Realism, pluralism, globalism and beyond*. 3ª edição. New York: Mac Millan, 199, pag. 307

judiciais, mas também entre órgãos administrativos, ou, ainda, entre órgãos judiciais e administrativos de Estados distintos.

Em recente artigo de autoria de Nádia de Araújo e Lauro Gama Jr., confere o seguinte comentário:

Para um país que se afirma como líder regional, buscar maior credibilidade no contexto internacional e o incremento de suas transações comerciais com parceiros estrangeiros, é salutar que a cooperação judiciária internacional permaneça na ordem do dia, sofrendo as críticas que induzem ao aperfeiçoamento. Por outro lado, a preocupação renovada das autoridades e da sociedade civil com o crime organizada – e, no particular, o crime transnacional – torna vital que nossos juízes estejam conscientes de suas imensas responsabilidades quanto à efetividade da cooperação internacional. Muito mais que um compromisso moral (a velha *comitas gentium*), a cooperação internacional tornou-se obrigação jurídica (art 4º da Constituição) e imperativo de convivência civilizada entre os povos, que preserva e efetiva, no plano internacional, os valores fundamentais de justiça e solidariedade.⁵

Essas cooperações Jurídicas internacionais contam com várias redes. Essas redes são comumente criadas no âmbito de organizações regionais, paralelamente ou em consequência de acordos multilaterais de auxílio jurídico mútuo.

Registro pioneiro nesse sentido é a Rede Judiciária Européia (EJN—criada em 1998 em decorrência do Plano de Ação para o Combate ao Crime Organizado, adotado pelo Conselho Europeu no ano anterior).

As redes são formadas por pontos de contato nacionais, designados pelas autoridades centrais responsáveis pela cooperação jurídica, pelo Poder Judiciário, pelos Ministérios Públicos e por outras autoridades envolvidas na cooperação jurídica internacional. Os pontos de contato, além de coordenar a atuação nacional em temas relacionados à cooperação jurídica e judicial, também devem intermediar o processo da cooperação. Sua atuação não tem, no entanto, caráter burocrático, mas pauta-se pela troca de informações e pela realização de contatos informais.

Merecem destaque os arranjos para a participação de autoridades do Estado Requerente em diligências, as consultas informais sobre a legislação do Estado

⁵ DE ARAUJO, Nádia e Lauro Gama Jr, Artigo no site Esquerda, <http://www.esquerda.net>, acessada em 03 de março de 2007.

Requerido, solicitações urgentes de complementação de informações constantes em pedidos de auxílio ou de remarcação de audiências e o exame preliminar de pedidos de auxílio.

Visando fortalecer essa relação, são promovidos encontros periódicos entre os pontos de contato dessas redes. Contudo, tendo em vista a necessidade, sempre, em quaisquer procedimentos de uma decisão, o Estado estará de acordo com a ordem pública e o interesse nacional.

1.3 Debate Teórico: realismo e liberalismo

Entre os paradigmas das relações internacionais, o realismo político caracterizou-se por ser a mais antiga e influente perspectiva dos fenômenos internacionais. O realismo emergiu gradualmente de uma análise dos acontecimentos internacionais e se baseia num estudo empírico e pragmático da realidade.

A escola realista assumiu a liderança entre os paradigmas das Relações Internacionais na explicação dos fenômenos que norteavam o meio internacional. O realismo traduzia a realidade do sistema internacional por apresentar explicações sobre o sistema de interação e de comportamento do Estado-nação que desempenhava o papel dominante das relações internacionais, além disso, oferecia análises sobre os assuntos considerados essenciais para o Estado, como as estruturas militares e a geopolítica na definição dos conflitos de interesse em plano internacional. Nenhum dos paradigmas desenvolvidos pôde expor com tanta clareza e objetividade explicações sobre os acontecimentos e sobre as relações entre os atores internacionais.

Esse paradigma sustentou sua legitimidade ao fornecer explicações sobre o substrato das Relações Internacionais, baseando suas explicações nas observações da atuação dos Estados e no princípio que afirma suas atividades: a busca pelo poder. Nesse contexto, o paradigma realista recebeu múltiplas e diferentes formulações de seus estudiosos que se ocuparam dos estudos sobre o conflito e as causas das guerras entre as unidades internacionais.

O paradigma realista é legitimado como imagem dominante ao introduzir a “figura do Estado como unidade política, soberana e suprema, única e ímpar” das Relações Internacionais,

perpetuando-os como os protagonistas dos assuntos internacionais. O realismo político assume que os Estados são os mais importantes atores das Relações Internacionais, pois representam a unidade crucial de análise dos acontecimentos internacionais por terem autonomia de ação. O foco de estudo das Relações Internacionais está nas relações inter-estatais. Assim, os realistas assumem que a interdependência entre os atores conota um degrau de vulnerabilidade de uma parte a outra, é um tipo de poder de um Estado sobre outro, “dominance-dependent”.

O controle paradigmático exercido pelo realismo nos estudos dos fenômenos internacionais passou a ser contestado no final dos anos 60, quando novos temas internacionais surgiam e, com eles, novos protagonistas. O paradigma tradicional perdeu sua predominância após o colapso da Guerra Fria. O realismo já não desempenhava o papel de espelho da realidade, isso porque seus pressupostos já não explicavam os fatos marcantes do meio internacional; estabeleceu-se uma insatisfação intelectual promovida pela insuficiência dos conceitos realistas na interpretação dos complexos fenômenos internacionais recém surgidos. Nesse contexto, desenvolveram-se outros modelos com o intuito de analisar a estrutura internacional e sua extensa rede de fatos.

O paradigma liberal surge em meados dos anos 70 desafiando a percepção tradicional das Relações Internacionais. O liberalismo desafia um dos principais conceitos estudados pelos realistas: a hierarquia na agenda internacional. O realismo político tornou-se incapaz de explicar a emergência de “novos” assuntos, tampouco de analisar a importância que tomava a dimensão econômica mundial, o aumento do índice comercial, a tecnologia das comunicações, a influência dos novos atores internacionais, etc.

O debate entre esses paradigmas tornou-se evidente. Grande parte dos pressupostos antes definidores das Relações Internacionais passou a serem contestados e até redefinidos. As análises dentro da escola liberal emergiram da necessidade de conferir aos estudos das Relações Internacionais um paradigma que fosse capaz de interpretar a dinâmica econômica mundial e seus efeitos nos Estados-nação. O novo processo econômico demandava um debate acadêmico e a imagem liberal veio preencher a lacuna teórica deixada pelos ortodoxos. “O debate volta-se então para a interdependência, um dos acontecimentos mais importantes da realidade. Países se vêm interligados, uma conexão de bases fortes que redefinem até mesmo o conceito que se tem sobre

o Estado”⁶. A separação das questões internas e externas vem reduzindo cada vez mais, isto é, a interdependência explica o fato de as Nações estarem cada vez mais interligadas, remoldurando o Estado e noção de fronteira. O fenômeno da interdependência expressa de maneira clara que a natureza da política mundial está sofrendo transformações. Num ambiente internacional interdependente, verificamos que as ações externas são transmitidas para âmbito interno, acontecendo também o inverso, infringindo a lei das fronteiras. O mundo parece estar se tornando um espaço social comum, cada vez menor, onde os acontecimentos não se delimitam geograficamente, ao contrário, repercutem globalmente.

Tal acontecimento configura a situação de efeitos recíprocos entre as Nações interdependência condiciona um quadro multidimensional, onde temas econômicos, sociais e ecológicos passam a ser não só compartilhados, mas sentidos mutuamente. Isto é, temas de identidade global têm repercussão nacionalmente, são dimensões interligadas que geram efeitos profundos nos mais diversos Estados.

A abordagem liberal assume, portanto, o forte entrelaçamento entre as economias e sociedades nacionais, em que os acontecimentos de um país têm conseqüências diretas em outros. O Estado-nação não detém como antes o controle sobre suas questões políticas, econômicas e culturais. O desafio que a interdependência trouxe ao Estado refere-se a um dos principais pressupostos da teoria realista. “A rede complexa de questões internacionais não se restringe a uma jurisdição limitada. Ao contrário, os acontecimentos têm um caráter extraterritorial e causam conseqüências significativas no âmbito do Estado soberano”⁷. À luz desse fato, a teoria liberal argumenta que o resultado da interdependência é que o Estado-nação está perdendo o controle sobre suas estruturas fundamentais, como sua política e economia. A autonomia estatal de definir suas ações reduziu drasticamente. Os liberais argumentam que a capacidade estatal de assegurar seus assuntos no nível interno já é praticamente inexistente. Dessa forma, os paradigmas realista e liberal entram em choque quando argumentam suas versões sobre o papel do Estado. Os liberais afirmam que o Estado-nação vem sendo cada vez mais destituído de poder, e sua capacidade de regulamentar seus assuntos tornou-se limitada. A interdependência, em suas diversas facetas, compromete a autonomia e a capacidade de decisão do Estado. Assim sendo, o Estado vê-se

⁶ OLIVEIRA, Odete Maria, *Relações Internacionais: Estudos de introdução*. Curitiba: Juruá Editora, 2001, pág. 81

⁷ Ibidem, p.81

enfraquecidos e seus principais conceitos, como fronteira, nacionalidade e soberania, tornam-se cada vez mais sem significado. O liberalismo conclui, então, que os governos não têm mais competência para agir sem qualquer restrição formal ou em defesa de seus interesses individuais. Suas ações dentro do sistema interdependente devem considerar os efeitos e seqüelas sentidos pelos demais atores. Assim, os liberais contestam a concepção tradicional do Estado como detentor do poder de decisão político. Os teóricos liberais afirmam que, junto ao processo de interdependência e com a derrocada do Estado, surgem gradativamente organizações internacionais e a sociedade civil transnacional.

Argumenta-se que a interdependência somada ao aparecimento de novos atores enfraquece o Estado, tomando seu lugar de ator supremo das Relações Internacionais. constituírem influenciadores diretos do cenário internacional. O processo de decisão política não tem mais o vínculo exclusivo com o território. O espaço de decisões políticas tornou-se fragmentado e sujeito a penetração de forças não-estatais. Há uma pluralidade de instituições que compartilham o processo decisório nos campos da economia, do meio ambiente, do desenvolvimento, dos direitos do homem, etc. Essas instituições vêm praticando um exercício compartilhado de poder, se desvinculando cada vez mais dos Estados. Essa nova forma de política multilateral representa a insatisfação da sociedade com as atividades exercidas pelo Estado. O surgimento dessas instituições caracteriza a insuficiência do Estado-nação em atender a demanda social de seu território.

A cooperação internacional e a coordenação de políticas nacionais apresentam-se necessárias para o tratamento das conseqüências trazidas pelo mundo globalizado. Os Estados se vêem diante da necessidade de cooperação, pois suas ações isoladas não mais determinam políticas suficientemente capazes de alterar o quadro complexo trazido pela interdependência. Impõe-se, dessa forma, um diálogo entre Estados e os demais “novos atores”. Esse esforço praticado pelos Estados tem o objetivo de minimizar os prováveis danos provocados por esses problemas de cunho global. Forma-se um grupo de ação onde a cooperação é o principal modo de administração dessas questões mundiais. Os liberais argumentam provar que imagem realista sobre a convivência entre unidade políticas soberanas está ultrapassada.

Sendo assim, os Estados se vêem sob a necessidade de fazer concessões para a real implementação dos esforços de cooperação. Dessa forma, o fenômeno da cooperação traz

consigo uma grave contradição, pois é fato inquestionável que para a implementação da coordenação das políticas internacionais, os Estados devem abrir mão de muitos de seus objetivos e estratégias nacionais, o que acaba ferindo o que o Estado traçou como sendo o interesse nacional. Essa concessão feita pelos Estados tem, na visão liberal, o objetivo de adaptação da conduta dos atores internacionais para alcançarem um ótimo de Pareto para solução das questões transnacionais, fazendo com que os problemas internacionais tenham maior notoriedade no meio internacional e, de certa forma, fazendo com que os Estados desistam de seus objetivos e suas políticas traçadas.

1.4 Cooperação Internacional em busca de uma definição

A dissolução do império soviético, a multipolarização da economia mundial e a tendência de crescimento dos inúmeros conflitos separatistas de fundo ético ou religioso caracterizaram o advento de um novo ordenamento no concerto das nações. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu um papel mais atuante na manutenção da paz e da segurança mundial.

Não poderiam deixar de ser mencionados também, os conceitos de Globalização e de modernidade, considerando que estes fenômenos têm influência direta nas ações de cooperação internacional nos dias de hoje.

As atividades de cooperação se realizam, ademais, envolvendo conhecimentos que, em princípio, não poderiam ser apreendido unicamente através de modalidades tradicionais.

A percepção dominante da comunidade internacional é de que os mecanismos que decorrem de conceitos que tiveram utilidade nas décadas de 60 e 70 estão hoje superados, e novas modalidades de cooperação tendem a surgir.

As teorias sobre cooperação e integração internacional passaram a ocupar-se de novas questões, com novos atores e interesses e necessidades variadas. Desse modo à cooperação entre Estados seriam o produto de um processo de negociação no qual entram em consideração os objetivos perseguidos (são variáveis segundo cada área), os elementos que definem o poder de cada parte na negociação e a forma como as decisões são tomadas.

Apesar dessa tentativa de adequar os interesses dos Estados, vale ressaltar que os últimos acontecimentos – o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 a decisão unilateral dos Estados Unidos de invadir o Iraque em 2003, foi indiferente da posição da ONU, fatos esses que marcam uma inflexão na ordem mundial e que ainda estão submetidos a crítica e às pressões internacionais, gerando incertezas sobre o futuro das relações internacionais.

Em consequência disso a nova ordem mundial, a globalização e a modernidade, tornam-se perfeitamente compreensível que as atividades de cooperação internacional e a evolução de suas teorias são diretamente influenciadas pelas mudanças da conjuntura mundial.

Cooperação internacional tem sido utilizada principalmente para designar a relação entre estados nacionais que pode ser simples coordenação de interesses, colaboração, formação de alianças ou relações entre atores de países diferentes, envolvendo ajuda humanitária, doações, empréstimos, assistência técnica ou intercâmbio de pesquisas conjuntas.

Ao examinar a evolução do sistema de cooperação internacional, que surgiu no período da Guerra Fria, procurou-se identificar os conceitos teóricos e as mudanças no mundo contemporâneo.

Dentro desse contexto foi apresentado o papel da cooperação jurídica e sua contribuição no contexto mundial buscando responder às questões: qual é a importância da cooperação internacional e seu papel no mundo atual.

CAPÍTULO 2

BRASIL – INSERÇÕES JURÍDICAS INTERNACIONAIS

O Brasil é respaldado para celebrar acordos internacionais desde a primeira Constituição Federal. Viabilizando sua aplicação no âmbito externo, medidas são conduzidas para elaborar e celebrar cooperações que promovem auxílios entre países colaboradores. Neste capítulo as cooperações jurídicas serão abordadas com mais ênfase, ressaltando sua importância nas relações internacionais.

2.1 Brasil e a Cooperação Internacional Jurídica

Brasil tem celebrado diversos acordos de cooperação judiciária, nos quais prevê a prestação de assistência a estados estrangeiros, estando de alguma forma inserido na conjuntura internacional.

No Brasil as Cooperações foram incluídas nos tratados Internacionais na Constituição de 1824, onde ao fixar as atribuições do Executivo, previu a Intervenção do Legislativo no processo de conclusão de certos tratados internacionais⁸. A primeira Constituição no seu artigo 102, inciso VIII, estipulava que entre as principais atribuições estava:

Fazer tratados de aliança offensiva, e defensiva, de Subsidio, e Commercio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembléa Geral, quando o interesse, e segurança do Estado o permitirem. Se os tratados concluídos em tempo de paz envolverem cessão ou troca de Território do Império, ou de Possessões, a que o Império tenha direito não serão ratificados, sem terem sido aprovados pela Assembléa Geral.

Cabia ao Imperador vincular o Estado Internacionalmente por tratados e convenções que, somente depois de concluídos, chegavam ao conhecimento da Assembléa Geral, quando ao

⁸ AMANDO Luiz Cervo, *O Parlamento Brasileiro e a Relações Exteriores (1826-1889)*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p.20.

interesse e a segurança do Estado o permitissem. A intervenção da Assembléia Geral somente era obrigatória nos tratados de uma única espécie, os que envolvessem cessão, posse, ou troca de território, que tinham a sua validade condicionada à manifestação prévia do Poder Legislativo.

A partir de 1826 o Parlamento reivindica para a Assembléia o direito constitucional de aprovar ou rejeitar tratados de qualquer natureza, por envolverem sempre os interesses nacionais e à vida interna da nação. No período de 1857 a 1860 o Parlamento desempenha um papel decisivo em todas as questões externas, que acompanha quando não as decide. O Parlamento nessa época era a escola brasileira de diplomacia e política. Em 1891, sob a influência da Constituição norte-americana de 1787, estabelece para o Executivo a obrigatoriedade de submeter ao Congresso. Tratados internacionais, de modo que estes não possam vigorar sem o prévio assentimento legislativo.

As Constituições que vão surgindo modificarão os termos dos tratados internacionais, entre eles a participação do Executivo, cabendo ao chefe de Estado ratificar ou não o tratado, sendo ele juiz exclusivo da oportunidade de fazê-lo.

Hoje rege a Constituição de 1988 que vai manter as mesmas competências, sobre tratados internacionais, da constituição de 1969, contudo surgindo como inovação, a inclusão no inciso VIII:

Art 84. Compete privativamente ao Presidente da República: VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

Compete ao Congresso Nacional:

Art. 49. É de competência exclusiva do Congresso Nacional: I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Uma vez aprovados os tratados pelo Parlamento, retornam estes ao Executivo, para que o Chefe deste Poder conclua sua ratificação e promova sua promulgação, mediante decreto presidencial. À ratificação, segue-se o depósito do instrumento do acordo por uma entidade, seja um Estado ou organismo internacional, que assume sua custódia e o notifica aos demais pactuantes.

A participação brasileira em Acordos internacionais conduz à adoção de uma série de medidas que viabilizem sua aplicação no âmbito interno. Dessa maneira, e consideradas as

implicações de ordem legislativa, se fez imprescindível à participação ativa da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça no processo de elaboração e implementação destas Convenções, com vistas a adequar e modernizar a legislação pátria e, por conseguinte, propiciar sua aplicação no ordenamento jurídico interno. Segundo Paulo Roberto:

A estrutura Institucional nas relações Internacionais no Brasil, releve-se à preservação da distribuição tradicional de competências entre os poderes, contrabalançada pelo reforço do papel do Congresso na fiscalização e no controle da política externa, não apenas na aprovação dos atos internacionais.⁹

Com a evolução dos tratados, a ONU acaba reconhecendo o papel fundamental desses nas relações internacionais e, como meio de desenvolver a cooperação pacífica entre as nações, a ONU decidiu incluir o tema como matéria a ser normatizada. Conforme Antonio Trindade:

Em diversas ocasiões, no decorrer dos trabalhos preparatórios do projeto sobre direito dos tratados – de 1950 a 1966, a Comissão de Direito Internacional da ONU considerou o referido projeto deveria aplicar-se não apenas a tratados entre Estados, mas também a tratados celebrados por organizações internacionais. A decisão final foi no sentido da exclusão destes últimos; os dispositivos que formam presente projeto, ora em exame, teriam se incorporado à Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados em 1969.¹⁰

Somente em 1966 surge o projeto sobre o direito dos tratados, recomendando-se à Assembléia Geral das Nações Unidas à convocação de uma conferência internacional visando o desenvolvimento dos trabalhos de normatização. A Comissão reuniu-se em Viena em 23 de maio de 1969.

O Brasil decidiu pela sua participação na Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados de 1969, que cobria os tratados celebrados entre Estados. Estados que as integram, promovia informações jurídicas e práticas para as autoridades nacionais e auxiliá-las na formulação de solicitações de auxílio. Criadas no âmbito de organizações regionais paralelamente sem consequência de acordos multilaterais de auxílio jurídico mútuo sem com isso causassem prejuízos à linha de coerência ao desenvolvimento progressivo do Direito Internacional.

⁹ALMEIDA, Paulo Roberto. *O estudo das relações internacionais do Brasil Um dialogo entre a diplomacia e a academia*, Brasília: Editora LGE, 2006, pág. 23.

¹⁰TRINDADE Antônio Augusto Cançado, *Direito das Organizações Internacionais*, 3ª edição. Del Rey. Belo Horizonte, 2003, p. 199-200.

Entre vários acordos internacionais há os que versam sobre as cooperações jurídicas. A precursora na cooperação jurídica foi o poder judiciário Europeu, criado em 1998 em decorrência do Plano de Ação para o Combate ao Crime Organizado, adotado pelo Conselho Europeu.

Designada pelas autoridades centrais responsáveis pela cooperação jurídica, pelo Poder Judiciário, pelos Ministérios Públicos e por outras autoridades envolvidas. Atualmente, o Brasil faz parte de três redes de cooperação jurídica internacional: IberRED, CPLP E OEA- Ação Jurídica e Judiciária.

Sua atuação não tem, no entanto, caráter burocrático, mas pauta-se pela troca de informações e pela realização de contatos informais.

2.2 Brasil e a Rede Ibero Americana de Cooperação Judicial – IberRED

A Rede Ibero Americana foi instituída em 2004 em Cartagena de Índias (Colômbia), após recomendação pela VI Cúpula Ibero-americana de Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Superiores de Justiças. Tem como objetivos otimizar a cooperação judicial em matéria civil e penal entre os países membros, bem como estabelecer sistema de informações sobre seus diferentes sistemas jurídicos. A ébria é composta por representantes dos ministérios da justiça, dos ministérios públicos e do judiciário de 23 países. A rede conta com uma Secretária-Geral, exercida pela Secretaria Permanente da Conferência ibero-americana de Ministérios da Justiça.

Os Estados que participam são atualmente: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Ecuador, Espanha, Guatemala Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru.Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela.

A 1ª Reunião de Pontos de Contato foi realizada em maio de 2005 na Guatemala e estabeleceu de modo permanente, grupos de trabalho para a elaboração de manuais de boas práticas em matéria de cooperação penal e civil, para diagnóstico sobre a cooperação cível e para construção da página da rede na internet. Estabeleceu ainda que a II Reunião de Pontos de

Contato seria realizada na Espanha no primeiro semestre de 2006, a qual foi posteriormente remarcada para novembro de 2006¹¹.

2.3 Brasil e a Organização dos Estados Americanos - OEA

A OEA foi criada pela IX Conferência Internacional de Estados Americanos (Bogotá, maio de 1948), com base em mandato contido na Resolução IX da Conferência Internacional Interamericana sobre os Problemas de Guerra e Paz (México, 1945). A referida Resolução encomendava a reorganização, consolidação e fortalecimento do Sistema Interamericano. Da referida Conferência, emanaram importantes documentos do sistema interamericano, como a própria Carta da OEA, o Tratado Americano de Soluções Pacíficas, conhecido como Pacto de Bogotá, e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres do Homem, assinada sete meses antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Como um dos mais antigos organismos regionais do mundo, a OEA atravessou um século em busca de soluções para os principais problemas do Continente, mostrando notável capacidade não só de adaptação à conjuntura histórica, mas até mesmo de inovação. Encontra-se atualmente em processo de revitalização, marcado por novas perspectivas de atuação, ao lado de novos desafios. A partir da década de 90, a ênfase no fortalecimento da democracia marcou os trabalhos da Organização, ocorrendo, ao mesmo tempo, uma atualização de sua agenda política, resultante do novo quadro internacional. Assim, a OEA passou a atuar mais intensamente em áreas de interesse de seus Estados-membros, tais como o comércio e integração, controle de entorpecentes, repressão ao terrorismo, corrupção, lavagem de dinheiro e preservação do meio-ambiente.

O Brasil foi um dos 21 primeiros signatários da Carta da OEA, cujo artigo 1º define a Organização como um organismo regional dentro das Nações Unidas, criado para conseguir uma ordem de paz e justiça, para promover a solidariedade de seus integrantes, intensificar a colaboração entre eles e defender a soberania, a integridade territorial e a independência dos Estados americanos. A Carta estabeleceu como propósitos essenciais da Organização: garantir a

¹¹ IberRED– Rede Ibero Americano de Cooperação Judicial. Disponível em <http://www.ccji.pgr.mpf.gov.br>, acessado em 30/05/2007

paz e seguranças continentais; prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica de controvérsias entre seus membros; organizar a ação solidária destes em caso de agressão; procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgissem entre os Estados-membros; e promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

São atualmente em número de 35 os Estados-membros da OEA: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba (cujo Governo está suspenso desde 1962), Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Há 45 Observadores Permanentes na OEA. O Secretário-Geral da Organização é o colombiano Cesar Gaviria Trujillo, que iniciou, em 1º de janeiro de 2000, seu segundo mandato de cinco anos (até 1º de janeiro de 2005).

São organismos especializados da OEA: a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o Instituto Interamericano da Criança (IIC); a Comissão Interamericana das Mulheres (CIM); o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH); o Instituto Interamericano do Índio (III); o Instituto Interamericano para Cooperação para a Agricultura (IICA).

A OEA atua nas seguintes principais áreas: fortalecimento da democracia; segurança hemisférica; construção da paz; promoção e defesa dos direitos humanos; estímulo ao comércio entre as nações; combate às drogas; preservação do meio ambiente; combate ao terrorismo; incentivo à probidade administrativa e cooperação para o desenvolvimento¹².

A Organização dos Estados Americanos é o principal foro político do hemisfério e o eixo de gravitação do sistema interamericano. Seus Estados-Membros conformam uma das principais vertentes da política externa brasileira, e nisto consiste sua importância para o Brasil.

Os princípios historicamente defendidos e observados pela diplomacia brasileira na OEA são a autodeterminação, a não-intervenção, a solução pacífica de controvérsias e o não uso da

¹² OEA – Organização dos Estados Americanos. Disponível em <http://www.oas.org/main/portugueses>, acessado em 02/01/2007

força. Ademais, a atuação do Brasil há muito privilegia a promoção da democracia, da paz e do desenvolvimento.

O Brasil reconhece que a OEA, que já teve à frente de seu Secretariado-Geral um brasileiro, o Embaixador Baena Soares, ocupa posição de destaque para tratar regionalmente desses problemas e, nesse contexto, participa atentamente das discussões em torno de itens relevantes da agenda interamericana.

2.4 Brasil e Cooperação com os Países de Língua Portuguesa – CPLP

Em 1989, na cidade do Maranhão – Brasil, foi realizado o primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney, para decidir sobre a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que inicialmente iria se ocupar da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade.

A idéia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa Já tinha sido suscitada por diversas personalidades, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama em 1983, em um discurso em Cabo Verde: “O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas freqüentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar”.

O processo ganhou impulso decisivo na década de 90, como empenho do Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira. Em Fevereiro de 1994, os sete ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, reunidos pela segunda vez, em Brasília, decidiram recomendar aos seus Governos a realização de uma reunião de Chefes de Estado e de Governo com vista à adoção do ato constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os ministros acordaram, a constituição de um Grupo de Concentração Permanente, sediado em Lisboa e integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (o Diretor-Geral de Política Externa) e pelos Embaixadores acreditados em Lisboa (única capital onde existem Embaixadas de todos os países da CPLP).

O grupo analisou e concordaram que os temas a serem abordados seriam nas áreas como a concentração político-diplomática, a cooperação econômica e empresarial, a cooperação com organismos não governamentais e a entrada em funcionamento do IILP.

O resultado desse trabalho encontra-se consolidado em dois documentos, a saber:.

a) Declaração Constitutiva da CPLP; e

b) Estatutos da Comunidade (anexo A)

Em junho de 1995, os sete Ministros voltaram, em Lisboa, reafirmando a importância para os seus países da constituição da CPLP e reiterado os compromissos assumidos na reunião de Brasília.

Nessa ocasião, validaram o trabalho realizado pelo Grupo de Concentração Permanente (que passou a denominar-se Comitê de Concentração Permanente) e concordaram em recomendar a marcação da reunião para o final do primeiro semestre de 1996, em Lisboa, fazendo-a preceder de uma reunião ministerial em Abril do mesmo ano, em Maputo (Moçambique).

Em Lisboa no dia 17 de Julho de 1996, realizou-se a reunião de Chefes de Estado e de Governo que marcou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, entidade reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Desde as primeiras reuniões do Comitê de Concentração Permanente da CPLP, o representante português considerou ser a questão timorense politicamente tão importante que deveria prever a sua inclusão automática nas agendas das sessões daquele órgão. O primeiro secretário-executivo da Comunidade, o angolano Marcolino Moco, previu a elaboração de uma estratégia de apoio à luta do povo do Timor-Leste. Em seguida, durante o encontro do Comitê de Concentração Permanente realizado à margem da Assembléia-Geral da ONU, Portugal

apresentou a proposta de acolher o território não-autônomo de Timor-Leste no seio da CPLP, como membro observador¹³.

O acolhimento de Timor-Leste no seio da CPLP obteve o reconhecimento internacional e ampliação da sua voz junto à opinião pública internacional.

Em 1996 os ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, Ramos-Horta e Don Ximenses Belo, deu enorme dimensão lusófona de Timor-Leste ao iniciar o seu discurso em português.

Como símbolo da identidade timorense, o uso da língua portuguesa foi reprimido pelos ocupantes indonésios, que se esforçaram em implantar o Bahasa, apesar de somente 3% dos timorenses se expressarem em português não tornaria incoerente o acolhimento de Timor-Leste no seio do mundo lusófono, pois embora não seja a língua mais falada pela população, tem enorme importância como vínculo, além de ser a única com divulgação internacional. Entrevistada Dulce Pereira, Secretária Executiva da CPLP ressaltou:

Os timorenses escolheram como língua oficial o português e o tétum. A Língua Portuguesa foi fundamental no processo de independência de Timor-Leste: foi a língua da resistência. E muita gente morreu por falar português. Nas escolas, o idioma foi proibido. E se os mais jovens ainda não falam português, não podemos esquecer que seus pais e avós lhes contavam as histórias familiares e lendas de seu País nessa língua. Mas, após anos de luta e resistência, foram os próprios timorenses que decidiram em qual idioma queriam exprimir-se. A escolha já foi feita e o desejo da população será respeitado. É verdade que a taxa de analfabetismo é muito elevada, mas tanto o Governo como a Comunidade de Língua Portuguesa, sobretudo Brasil e Portugal, estarão certamente empenhados em combatê-la.¹⁴

2.5 Brasil: cooperação técnica entre países em desenvolvimento – CTPD

A Cooperação Técnica entre países em Desenvolvimento tem constituído, para o Brasil, projeção nas relações internacionais no início do século XXI.

¹³ CPLP – Cooperação dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.cplp.org>, acessado em 26/03/2007

¹⁴ PEREIRA, Dulce Maria, secretária executiva da CPLP, entrevista concedida ao portalafro (www.portalafro.com.br) em 21 de maio de 2002.

Nos últimos anos entre 2001 e 2006 o Brasil acumulou 120 ações e projetos em países da América Latina, Caribe, África e Ásia num total de recursos de US\$ 15 milhões¹⁵.

Inicialmente esse projeto foi para auxiliar a reconstrução de países da Europa Ocidental no final da Segunda Guerra Mundial. Um instrumento para a integração das relações Norte-Sul, desde de 1950, os países desenvolvidos vêm destinando recursos para a ajuda externa no mundo.

Em meados de 1970, abre uma discussão crítica por parte dos países do Sul, sobre a expressão “ajuda” por seu sentido pejorativo e assistencialista.

Diante disso haverá um esforço conjunto dos países do Sul para institucionalizar a CTPD. Em 1978, no âmbito das Nações Unidas 138 países se reuniram em Bueno Aires-Argentina para a Conferência das Nações sobre a CTPD.

Em 12 de setembro de 1978, o CTPD, também conhecido como PABA – Plano de Ação de Buenos Aires foi adotado.

Esta Cooperação representou um movimento concertado de países com estratégias de desenvolvimento nacional e internacional compatíveis com suas necessidades e condições conjunturais. Assim se, nos anos de 1970 os países estavam determinados a buscar a auto-suficiência nacional e coletiva a fim de promover uma nova ordem econômica internacional, já no século XXI, a CTPD tem sido defendida como uma alternativa para neutralizar ou reduzir as focas negativas do processo de globalização.

Celebrado desde da Constituição de 1824 os tratados internacionais, no Brasil, sempre teve um papel de destaque na condução da política externa.

Reconhecendo a importância dos tratados entre Estados, a ONU na Convenção de Viana normatiza os tratados celebrados entre os Estados. Os crimes organizados foram precursores das cooperações jurídicas internacionais.

Nas últimas décadas a participação do Brasil nas cooperações internacionais vem se consolidando na política externa.

¹⁵ ABC – Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em <http://www.abc.mre.gov.br>, acessado em 25/03/2007

CAPÍTULO 3

TIMOR LESTE ANTECEDENTES HISTÓRICOS, PODER JUDICIÁRIO, ONU E A MISSÃO DE PAZ

O texto a seguir vai resgatar a história do Timor-Leste desde da colonização portuguesa até os dias atuais, vai adentrar nos papéis das cooperações judiciárias, das organizações internacionais e as intenções das missões de paz.

3.1 Colonização Portuguesa

O início da expansão marítima portuguesa deu-se através do oceano Atlântico ao Sul, contornando a costa africana. Com a descoberta da Costa da Mina, iniciou-se o comércio de marfim, ouro e escravos, com isso a atenção da Espanha foi despertada, iniciando-se uma série de escaramuças no mar, envolvendo embarcações de ambas as Coroas. Preservavam-se, desse modo, os interesses de ambas as Coroas, definindo-se, a partir de então, os dois ciclos da expansão: os chamados ciclo orientais, pelo qual a Coroa portuguesa garantia o seu progresso para o Sul e o Oriente, contornando a costa africana (o chamado "périplo africano"); e o que se denominou posteriormente de ciclo ocidental, pelo qual a Espanha se aventurou no oceano Atlântico.

Em 3 de maio de 1453, depois de vários tratados, vai estabelecer uma nova linha de marcação, um meridiano que separaria as terras de Portugal e de Castela. O meridiano passava a cem léguas a oeste dos Açores e de Cabo Verde. As novas terras descobertas, situadas a Oeste do meridiano 100 léguas das ilhas do Cabo Verde, pertenceriam à Espanha. As terras a leste, pertenceriam a Portugal. A divisão das terras descobertas e a descobrir era estabelecida a partir de um semi-meridiano estabelecido a 370 léguas (1.770 km) a oeste das ilhas do Cabo Verde, que se situaria hoje a 46° 37' a oeste do Meridiano de Greenwich.

Portugal tinha grande apreço por uma de suas inúmeras colônias: Angola, por ser a mais importante colônia e que obrigavam mais de 300 mil pessoas. Diferente da situação de Timor que além de ser distante, sua economia incipiente e escassez de pessoas.

Timor-Leste ocupa a parte oriental da ilha de Timor, localizada entre a Indonésia e a Austrália. Na época o Timor-leste era dividido em dois reinos, Samby na parte oeste da ilha e Behale, no leste.

O valor econômico de Timor para Portugal foi sempre problemático. Inicialmente, Portugal pretendia controlar o comércio do sândalo cuja hegemonia pertencia aos Chineses. Nunca conseguiu controlar totalmente e, quando este produto perdeu o seu interesse comercial, o território não conseguiu encontrar um substituto econômico. Assim sendo, Timor foi uma das poucas colônias portuguesas a não conseguir financiar-se a si própria, dependendo de Lisboa, de Goa, e de Macau. A administração portuguesa no território dependia de financiamentos e subsídios desses centros. Isto se deve à dificuldade da cobrança de impostos por um lado e por outro ao atraso econômico do território.

De 1580 a 1640 Portugal foi comandado por Felipe II da Espanha e assim todas as colônias portuguesas tornou-se parte do mundo hispânico. Outros reinos não respeitavam os tratados firmados entre Portugal e Espanha, entre eles a Holanda, que através de disputas se fixaram na parte oeste da ilha. Em 1859, um tratado delimita a fronteira entre o Timor Português (Timor Leste) e o Timor Holandês (Timor Oeste). Abílio Araújo ressalta:

Somente através dessa disputa que os portugueses se estabeleceram em Timor uma presença mais significativa a que poderemos chamar de período pré-colonial. “Só em finais do século XVIII, face às várias revoltas de diversos reinos timorenses contra os Portugueses, muitas vezes dirigidas e incentivadas pelos Holandeses, que, entretanto se fixaram no lado oeste de Timor, é que os Portugueses iniciaram um plano sistemático de colonização. Avançaram para o interior da ilha, até então praticamente desconhecida, e implementaram uma política de alianças com os vários reinos, comprometendo-se estes a respeitar a soberania do rei de Portugal”¹⁶

Esse colonialismo incipiente caracterizava-se pela construção de lugares fortificados com a ajuda das gentes nativas e o estabelecimento de alianças com os régulos para proteção mútua e a exploração do comércio.

¹⁶ ARAÚJO, Abílio de. *Timor Leste: os Loricos Voltaram a Cantar: Das Guerras Independentistas à Revolução do Povo Maubere*, Lisboa, 1977.

Portugal respeitou parcialmente as divisões tradicionais da região, assim como a autoridade dos vários liurais, implementando uma política de não interferência. Em contrapartida, os reinos comprometiam-se a pagar uma finta, ou imposto.

Foi, aliás, devido aos impostos a pagar que se originaram revoltas que culminariam, em 1912, com a que ficou conhecida como a Revolta de Manufai, fortemente reprimida pela administração portuguesa. As revoltas que aconteceram entre 1894 e 1912 vitimaram mais de noventa mil timorenses

Dois dos maiores impactos que a presença dos portugueses e dos holandeses tiveram na ilha de Timor dizem a respeito à questão das fronteiras e a questão religiosa.

Toda a ilha de Timor é um conjunto de reinos ora comungado de tradições comuns, ora separados pela geografia do terreno, pela língua e pela etnia. A presença dos portugueses e holandeses se estendeu a todo território. Só em 1916 chegou-se a um acordo fronteiriço, traçando o mapa definitivo entre o território pertencente a Timor Ocidental e a Timor-Leste. Este fato desencadeou, um terrível desequilíbrio, porque as fronteiras foram traçadas artificialmente sem levar em conta a heterogeneidade étnica e lingüística dos povos da ilha.

A questão religiosa abriu um fosso entre as duas partes da ilha. Enquanto que parte holandesa se difundiu o Protestantismo havendo, no entanto, certa liberdade religiosa para a prática de outras religiões como o islamismo ou animismo¹⁷.

Na parte portuguesa difundiu-se o catolicismo, sendo combatidas quaisquer outras. Atualmente subsistem em Timor-Leste duas grandes religiões: o catolicismo e o animismo. O animismo foi sendo contaminado pela simbologia e pelos rituais católicos, havendo muita dificuldade em dizer se os que praticam esta forma rudimentar de religião são realmente animistas ou católicos.

No final de I Guerra Mundial, o Japão tentou comprar o Timor, oferecendo uma boa soma, o que foi oficialmente rejeitada por Salazar (o fundador e principal mentor do Estado Novo (1933-1974), substituindo a ditadura militar (1926-1933), tendo exercido também o cargo de

¹⁷ Animismo foi cunhado pelo antropólogo inglês Sir Edward B. Taylor, sua obra *Primitive Culture* (A Cultura Primitiva). Ele designou a manifestação religiosa na qual se atribui a todos os elementos do cosmos (Sol, Lua, estrelas), a todos os elementos da natureza (rio, oceano, montanha, floresta, rocha), a todos os seres vivos (animais, árvores, plantas) e a todos os fenômenos naturais (chuva, vento, dia, noite) um princípio vital e pessoal, chamado de "ânima", que na visão cosmocêntrica significa energia, na antropocêntrica significa espírito e na teocêntrica alma.

Presidente interino da República de Portugal, no ano de 1951). O regime salazarista considerava os timorenses como atrasados e uma raça inferior. A ilha era utilizada para dissidentes e prisioneiros políticos do salazarismo.

Território estratégico entre a Austrália, Indonésia, Filipinas dando acesso à China, o Timor durante a segunda Guerra mundial foi invadido pelos australianos, que pretendiam organizar resistências no território, em seguida pelos japoneses que criaram campos de concentrações.

Somente em 1960 que Dili, a capital, começou a ter luz elétrica e nos anos 70 um mínimo de infra-estruturas, como água, luz, esgoto, hospitais escolas orientadas por missionários que contribuíram para a criação de uma elite cujos seus membros serão protagonistas da independência de 1975.

Em 1974 o processo de descolonização foi iniciado com a Revolução dos Cravos, Portugal deixou aos timorenses a escolha entre a independência e a integração à Indonésia. O governador do Timor solicitou instruções à Junta de Salvação Nacional, prudentemente ressaltando a conveniência de se conhecer o pensamento do governo indonésio, que conseguiu sua independência da Holanda em 1945 e passou a ser uma república em todo território da antiga colônia, inclusive o Timor Oeste. Em resposta foi instruído a “proceder de acordo com os princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA)”. Segundo Decreto-Lei 203/74:

Instituição de um esquema destinado a consciencialização de todas as populações residentes nos respectivos territórios para que, mediante um debate livre e franco, possam decidir o seu futuro no respeito pelo princípio da autodeterminação, sempre em ordem à salvaguarda de uma harmônica e permanente convivência entre os vários grupos étnicos, religiosos e culturais.¹⁸

As três associações políticas timorenses tiveram papel decisivo no processo de independência: A União Democrática Timorense (UDT) que defendia a autonomia com manutenção de vínculos com Portugal. A segunda (ASDT) Associação Social-Democrata Timorense que em 1974 transformou-se em Frente Revolucionária Timor-Leste Independente (FRETILIN) com idéias do apoio popular para a luta da independência. E o terceiro partido a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) que o propósito era se associar à

¹⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº203/74, de 15 de maio, que define o programa do Governo Provisório em relação à política ultramarina.

Indonésia. A coligação entre os dois partidos que tinham em comum o repúdio à integração na Indonésia: UDT e a FRETILIN, fizeram com que em 1975 a eleição fosse ganha pela FRETILIN. Os boatos de um golpe de Estado marxista, que estava sendo preparado pela FRETILIN precipitaram o Timor na guerra civil em agosto de 1975. As tropas da Indonésia se infiltram no Timor Leste pela fronteira do Timor Oeste. Em novembro a FRETILIN declara a independência, esperando com isso obter apoio internacional contra a invasão da Indonésia.

3.2 Timor-Leste: dominação da Indonésia e a luta pela libertação nacional

A partir da Revolução de Gracos de 1974, empreendida por um grupo de militares que pôs termo ao regime totalitário em vigor a mais de quarenta anos em Portugal, iniciou-se o processo de descolonização dos territórios administrados pelos Portugueses. Os sucessivos governos provisórios de Lisboa que na altura estiveram à frente do país pretendiam livrar-se o mais rapidamente possível do peso das colônias. Em Angola, Moçambique e na Guiné desencadeava-se uma guerra sistemática de resistência ao domínio português que em nada beneficiava a jovem democracia portuguesa que pensava; quando os portugueses saíssem dos territórios e ocorressem às independências essas guerras poderiam acabar. Em Timor-Leste diferente de outras colônias não havia um movimento armado contra a presença portuguesa, Timor viveu em paz desde da saída dos japoneses no final da Segunda Guerra Mundial até o conflito entre os que apoiavam a UDT e Fretilin em 1975.

Entre 1974 e 1975, a administração portuguesa, com as restantes possessões coloniais, pretendia dar a independência a Timor-Leste. Havia aqueles que defendiam uma autonomia alargada em vez de uma independência total.

Quando Portugal abandonou as colônias deixou os timorenses à escolha entre a independência e a integração à Indonésia. Imediatamente a Austrália, potência regional, se manifestou a favor da integração à Indonésia. Este fato foi pronunciado por Ramos na ONU em 2001:

Portugal foi acusado – pela Indonésia, pelos timorenses, pela comunidade internacional e pelos próprios portugueses de ter abandonado irresponsavelmente o território de Timor Leste.¹⁹

Os dois principais movimentos políticos UDT e Fretilin entraram em conflito que ocasionou uma guerra civil que terminou somente com a vitória de Fretilin. Durante toda a guerra à administração portuguesa continuava no território, mas manteve a margem dos conflitos. Em 1966 o general Suharto derrubou o presidente Sukarno através de um golpe de estado. Em plena Guerra Fria, Suharto começou a “caça aos comunistas”, uma repressão implacável em todo arquipélago. Considerando o movimento da Fretilin como de esquerda, Suharto teve o apoio dos Estados Unidos e Austrália a intervir e invadir o território, que ocorreu em dezembro de 1975. Ao invadir o Timor Leste a Indonésia não só agradou os Estados Unidos, como satisfez seu velho desejo de controlar os recursos naturais, principalmente o petróleo.

A ONU condenou a invasão, numa resolução aprovada no dia 12 de dezembro de 1975, mas sem qualquer efeito. Os timorenses vão rejeitar a invasão da Indonésia. O governo do ditador Suharto procurou impor pela força a aculturação sistemática dos jovens à nova ordem e com isso as oposições cresciam a cada dia, através de manifestações que foram fortemente reprimidas pela polícia e pelo exército indonesiano, que acabavam em massacres, como no caso Cemitério de Santa Cruz em novembro de 1991.

Não houve qualquer diferença entre o Timor-Leste colonial e o Timor invadido pela Indonésia, pois o regime que foi imposto implantou a destruição, deportações, confiscação de terras, exploração de mão de obra barata e torturas. Mesmo com pressões internacionais a Indonésia não mudava sua conduta.

Com a saída de Portugal em 1975 os timorenses foram deixados à sua própria sorte. Os primeiros partidos políticos timorenses foram criados em maio de 1974 UDN – União Democrática Timorense, a ASDT, Associação Social Democrata Timorense e a APODETI, Associação Popular e Democrática Timorense, sendo que esta última previa a integração à Indonésia.

¹⁹. RAMOS, E. Horta, Relatório do Governo, Timor Leste no Conselho de Segurança da ONU em 05 de maio de 2001. Disponível em <http://www.onu.org>, acesso em 09 de abril de 2007.

Em 1974 José Ramos Horta, representando o Timor à beira da independência conseguiu ser recebido pelo ministro das Relações Exteriores da Indonésia, Adam Malik e obteve por escrito a promessa que o governo de Jacarta apoiaria a independência do Timor²⁰.

As duas eleições realizadas em fevereiro e março de 1975 foram ganhas pela FRETILIN, com 55% dos votos. Mais de 90% dos timorenses votaram pela FRETILIN ou a UDT, a APODETI, apesar de ter sido financiada pela Indonésia conseguiu poucos votos. Baseando em boatos a Indonésia invadiu Timor em 1975 ocorrendo desta forma uma guerra civil.

Diante da gravidade da situação a Fretilin declara a independência. A Assembléia Geral da ONU condenou a invasão, mas não teve grande efeito. Começa a repressão que vai resultar na morte de 200 a 300 mil timorenses, seja pela violência direta, a fome programada, o deslocamento forçado de populações inteiras a campos de concentração.

A FRETILIN cria um braço armado, a guerrilha FALINTIL, que chegou a controlar 80% do território. Apesar da superioridade numérica e equipamentos mais modernos vendidos pelos EUA, Inglaterra, França e Austrália, os indonésios não conseguiram ganhar a guerra contra a Falintil, que resistem a 24 anos. Neste período o Timor Leste ficou totalmente fechado ao mundo, tanto ou mais que a Coreia do Norte²¹.

Em 1978 o exercito indonésio matou Nicolau Lobato, líder da resistência e comandante das Falintil. Começa a liderança de um de seus companheiros, José Alexandre Gusmão, conhecido na guerrilha com Ray Kala Xanana. Ele vai transformar as Falintil numa frente ampla de resistência a partir de 1987, e no ano seguinte cria o CNRT, Conselho Nacional da Resistência Timorense, que reúne todos os partidos.

Em 1991 Xanana Gusmão é preso em Dili e levado para Jacarta, onde é condenado a prisão perpétua, num julgamento considerado uma farsa.

Em 1996 a causa do Timor ganha reconhecimento internacional com a atribuição do Premio Nobel da Paz ao bispo Carlos Ximenes Bello e José Ramos Horta. Em 1997 o presidente Nelson Mandela visita Xanana na prisão e começa a fazer pressão para uma solução negociada.

²⁰ DA SILVA, Lelly Criastiane & SIMÃO, Daniel Shroeter (organizadores), *Timor Leste Por Trás do Palco – Cooperação Internacional e a Dialética da Formação do Estado*. Belo Horizonte: Esitora UFMO, 2007, pág. 167.

²¹ Ibidem, p. 269.

No mesmo ano começam as crises econômicas da Ásia, que afeta duramente a Indonésia. O regime de Suharto começa a ruir.

Somente com a falta de apoio da Austrália e Estados Unidos, perante o caos que evidenciaram, que em agosto de 1999 os massacres diminuem. Portugal e Indonésia negociam a realização de uma consulta popular. Em 30 de agosto de 1999 sob a coordenação da ONU, através da UNAMET, realizou-se o plebiscito com as seguintes questões: pela independência com soberania ou pela anexação à Indonésia, com autonomia?

David Wimhurst, do Departamento de Manutenção da Paz da ONU, comenta: "Quando verificamos que 98,6% das pessoas inscritas na lista eleitoral tinham ido votar ficamos de imediato, a saber, que nossa missão tinha sido um êxito rotundo e que ninguém podia contestar tais resultados".

Mesmo a escala de terror imposta pelas milícias indonésias ao leste-timorense, esses desciam de seus esconderijos nas florestas e, velozmente, voltavam, retornando aos seus refúgios.

Por 78,5% o povo decidiu pela independência. A minoria de 21,5% votou, por pressão ou por convicção, pela integração do Timor-Leste à Indonésia. Imediatamente as milícias e o exército indonésio lançam uma campanha de assassinatos, deportações em massa, pilhagens e incêndios. Essa violência fez com que a Indonésia fosse denunciada como violadora dos direitos humanos dos timorenses. A ONU, através da aprovação do Conselho Superior, obriga a Indonésia a aceitar a presença de uma força externa de intervenção, garantindo uma paz, mesmo que relativa.

3.3 Timor-Leste: Justiça e o judiciário

Em consequência da opressão colonial e da invasão da Indonésia o sistema legal do Timor ficou debilitado. Sucessivas administrações das Nações Unidas (UNAMET, UNTAET, UNMISSET e UNOTIL) empregaram esforços para abrandarem a destruição causada em 1999, incluindo a formação do sistema legal.

Devido à lacuna deixada durante a ocupação da Indonésia, o número de timorenses na carreira judiciária (juizes, procuradores-gerais, defensores públicos) eram insignificantes. Até

1999 só havia um procurador-geral e cinco defensores públicos timorenses, a UNTAET recrutou juristas timorenses que foram treinados menos de 01 mês na Austrália e com poucas orientações.

Em 2002 o Presidente da República, logo após a independência, indicou o Presidente para o Tribunal de Recurso. Com a assistência do PNUD, os órgãos judiciais timorenses introduziram um “pacote de reformas” com o objetivo de melhorar o sistema legal estabelecido pela ONU, entre 1999 e 2002.

Novas leis foram promulgadas pela UNTAET e foram estabelecidos quatro tribunais distritais. Além da posse de Juizes, procuradores e defensores. O primeiro tribunal misto “Painel para crimes Graves”, foi criado especialmente para lidar com crimes graves cometidos antes, durante e depois do referendo de 1999, composto por juristas nacionais e internacionais.

Em agosto de 2001 foi realizada a primeira eleição geral para a Assembléia Constituinte (AC) que teria competência para preparar a Constituição de Timor-Leste.

Antes da formação do sistema judiciário pela UNTAET, o país era terra nullis em termos da lei. Mesmo sem muita experiência os novos juízes, procuradores e defensores públicos empossados pelo diplomata Sergio Viera Mello, colocaram o poder Judiciário em funcionamento apesar de que, não houve um funcionamento pleno em consequência dos mínimos recursos repassados por parte do governo. Além dos recursos havia o problema que até 2004, apenas na capital Dili, o tribunal funcionava efetivamente devido o número de juizes e da quantidade de serviços, isso causou nos outros três tribunais (Oecussi, Suaie Bacau) uma paralisia, onde os trabalhos ficaram pendentes por mais de 01 ano²².

Em coordenação com todos os órgãos judiciais do Estado, com apoio do PNUD, foi formalizado o estabelecimento de um Conselho de Coordenação com mandato de implementar uma reforma total no judiciário, que propunha entre outras:

- Reorganizar todo o Sistema Judiciário excluindo o Tribunal de Recurso que até então, estava composto por juízes, procuradores e defensores públicos internacionais;
- Rever todo o Sistema Judiciário estabelecido pela UNTAET e fazer mudanças necessárias para a reforma organizacional do mesmo;

²² DA SILVA, in: op cit, pág. 195.

- Promover um novo treinamento dos juizes, procuradores e defensores públicos timorenses, com base num currículo desenvolvido e implementado nos tribunais de Portugal.
- Introduzir a língua portuguesa no Sistema judiciário, que até o momento usava diferentes línguas.
- Revogar todas as leis anteriores incluindo as da Indonésia e da UNTAET; e promulgar novas legislações.

3.4 ONU e a questão do Timor Leste até a independência

A ONU - Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundados após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. As Nações Unidas são constituídas por seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado.

Todos eles estão situados na sede da ONU, em Nova York, com exceção do Tribunal, que fica em Haia, na Holanda. Ligados a ONU há organismos especializados que trabalham em áreas tão diversas como saúde, agricultura, aviação civil, meteorologia e trabalho – por exemplo: OMS (Organização Mundial da Saúde), OIT (Organização Internacional do Trabalho), Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional). Estes organismos especializados, juntamente com as Nações Unidas e outros programas e fundos (tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF), compõem o Sistema das Nações Unidas.

A Assembleia Geral da ONU, em 10 de dezembro de 1948 aprovou a Declaração dos Direitos Humanos²³. Foi necessária a catástrofe da Segunda Guerra Mundial para que os direitos humanos passassem a receber, no sistema internacional, no direito novo criado pela Carta da ONU, uma abordagem distinta daquela com a qual vinham sendo habitualmente tratados.

²³ ONU – Organização das Nações Unidas. Disponível em <http://www.onu.org>, acessado em 25/02/2007

Os desmandos dos totalitarismos que aterrorizavam vários países da Europa e que levaram ao megaconflito (1938-1945) haviam consolidado a percepção de que os regimes democráticos apoiados nos direitos humanos eram os mais propícios à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Daí a necessidade de apoiar em normas internacionais o ideal dos direitos humanos. Sobretudo, insinua-se, entre os líderes democráticos, a percepção de que os direitos humanos não podem mais constituir matéria do domínio exclusivo dos Estados e que algum tipo de controle internacional faz-se necessário para conter o mal ativos e passivos prevalecentes no mundo. Trata-se, à luz do que tinha sido o horror da guerra e o horror do holocausto, da incorporação da idéia kantiana do direito à hospitalidade universal, sem o qual nenhum ser humano pode, diante da soberania estatal, sentir-se à vontade e em casa no mundo.

Redigida sob o impacto das atrocidades cometidas durante a 2ª Guerra Mundial, e cuja revelação só começou a ser feita – e de forma muito parcial, ou seja, com omissão de tudo o que se referia à União Soviética e de vários abusos cometidos pelas potências ocidentais – após o encerramento das hostilidades. Além disso, nem todos os membros das Nações Unidas, à época, partilhavam por inteiro as convicções expressas no documento: embora aprovado por unanimidade, os países comunistas (União Soviética, Ucrânia e Rússia Branca, Tchecoslováquia, Polônia e Iugoslávia), a Arábia Saudita e África do Sul abstiveram-se de votar.

A manutenção da paz é uma forma de ajudar os países dilacerados por conflitos a criarem as condições necessárias a uma paz sustentável. Os capacetes azuis das Nações Unidas - soldados e oficiais das forças armadas, agentes da polícia civil e pessoal civil de muitos países - acompanham e observam os processos de paz iniciada em situações pós-conflito, ajudando os ex-combatentes a aplicarem os acordos de paz que assinaram.

A Carta das Nações Unidas confere ao Conselho de Segurança da ONU o poder e a responsabilidade de empreender ações coletivas com vista a manter a paz e a segurança internacionais. É por esta razão que a comunidade internacional recorre ao Conselho de Segurança quando é necessário autorizar operações de manutenção da paz.

É o Conselho de Segurança das Nações Unidas que normalmente cria e define as missões de manutenção da paz. Para isso, atribui a cada missão um mandato - uma descrição das tarefas da missão. A fim de criar uma nova missão de manutenção da paz ou alterar o mandato ou

efetivos de uma missão existente, é necessário o voto favorável de nove dos 15 Estados-Membros do Conselho de Segurança. No entanto, se qualquer um dos cinco membros permanentes - China, França, Federação Russa, Reino Unido ou Estados Unidos - votarem contra a proposta, esta é rejeitada. As operações de manutenção da paz são dirigidas e geridas pelo Secretário-Geral, que informa o Conselho sobre o seu andamento.

A proposta das Nações Unidas é o desafio extraordinário na área da manutenção da paz. O número de operações continua crescendo, o envio e distribuição de tropas está aumentando em espiral e a necessidade de mais especialistas civis começa a fazer-se sentir com grande acuidade, de aumentar sistematicamente sua capacidade para apoiar operações e planejar novas missões. No entanto, estas solicitações crescentes estão, mais do que nunca, colocando à prova a capacidade de manutenção da paz da ONU e, para lhes poder dar resposta, a Organização necessita de importantes recursos suplementares²⁴.

Atualmente, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas administra 16 missões em lugares tão distantes como Timor-Leste, Haiti ou Saara Ocidental.

A violência sem limite que grassava pelo Timor-Leste e o reconhecimento do governo indonésio de sua incapacidade em contê-la levaram a articulação pela Austrália (INTERFET) autorizada pela ONU para intervir e restabelecer a paz no território, após a relutante concordância do governo indonésio, pressionado pelos países ocidentais.

Em 20 de setembro de 1999, a Interfet desembarcou numa devastada e quase deserta Díli. Em seguida, houve choques dos soldados australianos com militares indonésios e milícias pró-Jacarta, que causaram a morte de um policial indonésio e de alguns milicianos.

As milícias e os militares indonésios retiraram-se para Timor-Oeste, com o intuito de atacarem a partir de lá. As Nações Unidas vêem os choques ocorridos entre a Interfet e as milícias e militares indonésios e suas conseqüências mais imediatas parecem manifestar bem mais do que o elevado preparo militar dos soldados australianos, a qualidade de suas equipagens e a sua disposição em apertar o gatilho. De fato, a rápida mobilização de uma força multinacional de paz pela Austrália (e por sua escudeira Nova Zelândia) reflete as mudanças estratégicas naquela região do globo (e na consolidação da Nova Ordem Mundial). Os australianos passaram

²⁴ UNIMISET. United nations Mission in East Timor. Security council Resolution, 1272/1999. Disponível em <http://www.unmiset.org>, acessado em 27/02/2007

a ser os principais aliados e agentes da política externa norte-americana no sudeste asiático no lugar da combalida Indonésia, o que é admitido pelas próprias autoridades de Camberra. A própria mudança da posição dos pragmáticos australianos com respeito à questão timorense (que provocou profundos ressentimentos em Jacarta).

A Resolução 1.272, logo em seguida à chegada das tropas multinacionais, estabeleceu em janeiro de 2000, a Administração de Transição das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) para administrar o território, a autoridade legislativa e executiva. Dentre outros poderes que se lhe investiu constavam o de estabelecer o domínio da lei e um sistema de administração da justiça e o de preparar Timor-Leste para a independência.

A escolha do administrador recaiu sobre o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, diplomata de carreira dos quadros da ONU argumenta: “No Timor Leste não há justiça, mas, está recriando sua própria justiça – ambos politicamente, num primeiro momento com os timorenses participando ativamente de um processo eleitoral e, posteriormente de um sistema sócio-econômico de comércio e, serviços do governo, sendo de utilidades para todos os timorenses.”

A administração Nacional de Nações Transitórias tem mandato único no Timor-Leste. A reconstrução do país foi totalmente destruída e saqueada pela violência em 1999. O acordo da resolução vai tentar corrigir as injustiças e desigualdade do passado, dando assistência aos timorenses que necessitam de ganhar a independência e garantir habilidades para administrar os serviços no governo.

O Timor Leste representou um empreendimento único na história das Nações Unidas. Foi a primeira vez em que a ONU, por meio do estabelecimento de uma Administração transitória, exerceu plena soberania, sobre um território²⁵

Na Resolução o CS decide também que o mandato da UNTAET incluirá os seguintes pontos, para garantir a segurança e a manutenção da Lei e Ordem no Território de Timor Leste;

- a. Estabelecer uma administração eficaz;
- b. Apoiar o desenvolvimento de serviços civis e sociais;

²⁵ Marcovitch, Jacques, Sergio Vieira de Melo, *Pensamento e Memória*. – São Paulo: Saraiva 2004, pág 94.

c. Assegurar a coordenação e distribuição de assistência humanitária reconstrução assistência no desenvolvimento;

d. Apoiar a aquisição de capacidade de autogovernança;

e. Apoiar o estabelecimento de condições para um desenvolvimento sustentado; Decide que a UNTAET terá objetivos e uma estrutura de acordo com o estabelecido na parte IV do relatório do Secretário Geral das Nações Unidas. No geral os seus componentes serão:

a. Uma componente governativa e de administração pública, contando para isso com uma força de policia internacional de 1640 elementos;

b. Uma componente de assistência humanitária e de reabilitação de emergência;

c. Uma componente militar, com uma força até 8 950 elementos e 200 observadores;

d. Autoriza a UNTAET a adotar todas as medidas necessárias ao cumprimento deste mandato;

Salienta a importância da cooperação entre a Indonésia, Portugal e a UNTAET inadimplementação desta resolução:

Solicita que a UNTAET e a força multinacional sob a égide da resolução 1264 (1999), cooperem intimamente uma com a outra, com vista à substituição da força militar pela componente militar da UNTAET, como notificado pelo Secretario Geral da ONU, depois de consultado o comando da força multinacional tendo em conta as condições no terreno;

Condena todo o tipo de violência e atos, que apõem a violência em Timor Leste, apela para o seu fim imediato e ordena que os responsáveis por tais cactos de violência sejam levados à Justiça sob auspícios da ONU, e dois anos após a votação de agosto de 1999, foi eleita uma Assembléia Constituinte. O pleito acarretou a posse do II Governo de Transição Timorense, liderado por Mari Alkatiri. Em abril de 2002, após as eleições presidenciais o mundo vai acolher Timor Leste como Nação Independente. A UNTAET encerra seus trabalhos e dá lugar à Missão das Nações Unidas de Apoio no Timor Leste UNMISSET que tem por mandato assistir o governo leste-timorense em setores vitais para sua estabilidade e garantir a segurança interna e externa.

3.5 ONU – United Nations Mission of support in East Timor (UNMISSET)

Após a independência o conselho de segurança estabeleceu UNMISSET para fornecer o auxílio a Timor Leste sobre um período de dois anos até que todas as responsabilidades operacionais desenvolvessem inteiramente às autoridades do leste de Timor:

A missão unida das nações da sustentação em Timor Leste (UNMISSET) foi estabelecida pela definição 1410 do conselho de segurança (2002) em 17 de maio por um período inicial de 12 meses, começando em 20 de maio 2002, com o seguinte mandato:

Para fornecer o auxílio retirar o núcleo das estruturas administrativas críticas a viabilidade e a estabilidade política de Timor Leste.

Para fornecer a execução da lei e a segurança do público e para ajudá-los no desenvolvimento de uma agência nova da execução da lei em Timor Leste, o serviço do leste das polícias de TIMOR (ETPS) e Para contribuir à manutenção da segurança externa e interna de Timor Leste. O conselho pediu também UNMISSET dá o efeito cheio aos seguintes três programas da planta da execução do mandato como se ajusta para fora na seção III A três do relatório do secretário geral (s/200/4320) de 17 de abril 2002:

- Estabilidade, democracia e justiça;
- Segurança e execução de leis públicas;
- Segurança e controle externo do litoral.

Em maio 2004, conselho de segurança, em sua definição 1543 estendeu outra vez o mandato de UNMISSET por um período de seis meses, com uma vista subsequente a estender o mandato por um período mais adicional e final de seis meses, até 20 de maio 2005. Decidiu-se também reduzir o tamanho da missão e revisar suas tarefas, de acordo com as recomendações do secretário geral como esboçadas em seu relatório de 29 de abril 2004 para incluir os seguintes elementos:

- Sustentação para o sistema da administração pública e da justiça em Timor-Leste e para a justiça na área de crimes sérios.

- Sustentação ao desenvolvimento da execução de lei em Timor-Leste. Sustentação para segurança e a estabilidade de Timor-Leste.

Em 16 de novembro de 2004, conselho de segurança, por sua definição 1573(2004), estendeu o mandato de UNMISSET para uns seis meses finais até 20 de maio de 2005. O conselho decidiu-se também manter tarefas de UNMISSET, configuração e tamanho, a fim de permitir que a missão termine seu mandato e consolidar os ganhos feitos nesse país assim distantes²⁶.

Em maio de 2005, UNMISSET foi sucedido pelo UNOTIL.

3.6 ONU – United Nations Office in East Timor (UNOTIL)

O Conselho de Segurança aprovou no dia 28 de abril de 2005, a Resolução nº 1599 que estabelece uma nova missão das Nações Unidas em Timor-Leste. A UNOTIL será uma missão política especial com um mandato de um ano (até 20 de maio de 2006) repartida pelas seguintes componentes: Até um máximo de 45 conselheiros civis para o apoio ao desenvolvimento das instituições estatais consideradas críticas;

- Até um máximo de 40 conselheiros de polícia para apoio e formação da PNTL

- Até um máximo de 35 conselheiros para apoio e formação da Unidade de Polícia de Fronteira (BPU), 15 dos quais poderão ser observadores militares.

Até o máximo de 10 funcionários para formação na área de direitos humanos. O Timor herdou os valores das Nações Unidas. A começar pelo sentimento de tolerância, de convivência democrática, de respeito aos direitos humanos, de garantia do Estado de Direito. Tais valores estiveram na base das instituições criadas e na forma de condução do processo.

O Brasil no processo de independência entre 1975 e 1982, sempre votou a favor de todas as Resoluções da Assembléia Geral que, ao condenar a ação das autoridades da Indonésia em Timor Leste, afirmava o direito do povo timorense à autodeterminação e à independência. Copatrocinando uma Resolução da Assembléia Geral, em 1982, o Brasil mostrou seu empenho à causa timorense mesmo quando o momento parecia desvanecer.

²⁶ UNMISSET. United nations Mission in East Timor. Security council Resolution, 1272/1999. Disponível em <http://www.unmiset.org>, acessado em 10/03/2007.

Apoiando o diálogo entre Portugal e a Indonésia, que havia sido aberto em 1938, junto à ONU. Logo após a renúncia de Suharto, em 1998, o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, encaminhou cartas ao novo chefe do Governo indonesiano, B.J. Habibie, manifestando sua preocupação com a excessiva presença militar indonesiana e violações dos direitos humanos no Timor.

3.7 Brasil e as operações de paz em Timor-Leste

Baseada nos preceitos do artigo 4º da Constituição Federal, a participação brasileira em missões de paz só ocorre após o atendimento de algumas imposições, cuja principal é a aceitação, por parte dos países ou das facções envolvidas no conflito, da presença de observadores ou tropas estrangeiras em seu território.

O Brasil já participou de 35 das 74 missões criadas até hoje, em operações de paz da ONU. De 1946 até 1968, o Brasil participou cinco vezes do Conselho de Segurança da ONU como membro não permanente. Constatou-se que o Brasil foi um dos países a enviar militares para a FENU I onde participou ao longo dos dez anos de sua duração (1957-1967), essa primeira geração das operações o Brasil participou de seis das 13 missões de paz da ONU.

Sendo maior ou menor o envolvimento brasileiro nas missões de paz, no âmbito de política externa se caracteriza, sobretudo, pela continuidade.

Porém nos anos 60 com o período militar o Brasil vai se ausentar do Conselho de Segurança por mais de 20 anos, em consequência das aspirações de ascensão internacional e da quebra do condomínio das grandes potências.

No final dos anos 90 a política externa é redimensionada. Com o fim da Guerra Fria criou a expectativa que os mecanismos multilaterais seriam reforçados. O Brasil retornou ao Conselho de Segurança em 1988 e voltou a participar de operações de paz. O Brasil passou a privilegiar a atuação na América Latina e em países de língua portuguesa.

No Timor-Leste o exército brasileiro participou ativamente da missão de paz da ONU desde da ratificação da separação do país ao território indonésio, acolhendo a criação da Unamet apoiou a realização da consulta popular enviando ao território, oficiais de ligação, observadores

policiais e peritos eleitorais. Emprestou apoio material à Administração Transitória, com projetos de cooperação nas áreas da formação profissional, alfabetização e formação de professores e alunos.

O governo brasileiro encaminhou tropas até 2005, além de prover assistência civil para a reconstrução das instituições do país, como o poder judiciário e a rede educacional. A pedido das Forças de Defesa timorense, o contingente militar brasileiro prorrogou sua permanência no Timor-Leste.

As operações de Paz estão em consonância com as diretrizes das Operações Internacionais de Paz, de acordo com os interesses brasileiros.

Quando instaurada, uma Operação de Paz, deve ser regida pelos princípios da imparcialidade, aplicação do mínimo de força necessária, negociação com todas as partes envolvidas e intermediação na busca de soluções, evitando-se a discussão de problemas e responsabilidades²⁷.

O Brasil considera que as Operações de Paz são instrumentos úteis para solucionar conflitos e promover negociações político-diplomáticas, mas não podem substituí-las, a solução definitiva sempre dependerá da vontade política das partes.

3.8 Timor-Leste de 2002 até os dias de hoje

Quando o governo independente assumiu o país, em 2002, após mais de dois anos de administração transitória das Nações Unidas, cerca de 80% do orçamento do Estado vinha das doações internacionais pela ONU.

Em 2006, o que seria um exemplo de Estado-modelo para o século XXI o Timor-Leste mostrou que, ainda, existia fragilidades políticas, econômicas e sociais. A onda de violência começou em abril de 2006, após cerca de 600 soldados demitidos terem entrado em choque com tropas do governo resultando em dezenas de mortos e feridos. Foram enviadas as tropas internacionais por parte da Austrália, Portugal, Malásia e Nova Zelândia, para conter os distúrbios.

²⁷ ONU – Organização das Nações Unidas. Disponível em <http://www.onu.org>, acessado em 15/03/2007

O primeiro-ministro, Mari Alkatiri, renunciou para evitar a saída do Presidente Xanana Gusmão.

Esse ato foi comemorado pela população que esperava o encerramento de um período de paralisia política e de violências, além de acusações que emergiam contra a jovem força de defesa de Timor (F-FDTL) que estava envolvida em negócios ilegais.

O Ministro de Exteriores e de Defesa José Ramos Horta renuncia o cargo da mesma forma que ministro das Telecomunicações, Ovídio Amaral.

Novas eleições são convocadas os concorrentes são José Ramos Horta, Francisco Lu-Olo, representante da Fretilin

Em 09 de maio de 2007 José Ramos-Horta, venceu seu adversário no segundo turno, Francisco Lu-Olo.

A crise mostrou a fragilidade que se encontra o Estado timorense. Essa nova eleição trouxe esperança, mas também novas superações e prioridades para o Timor. Um dos mais importantes desafios enfrentados pelo país será a construção de um Estado em meio de uma crise, sujeitos às disputas políticas e a intervenção internacional. Para Hohe¹¹ "A construção e democratização do Timor através da intervenção internacional tem que ser repensados. As idéias locais só podem ser transformadas com a consideração total pelos sistemas existentes para evitar a criação da anarquia e o colapso dos sistemas existentes".

Por isso tudo é de se saber que o Timor-Leste nada foi fácil, sua colonização foi relegada ao segundo escalão como: uma colônia incipiente e seu território foi dividido por dois países com culturas diferentes.

O processo de independência veio com uma proposta de integração à Indonésia no qual já tinha integrado a parte oeste da ilha. A recusa do povo timorense levou a uma guerra civil que durou 25 anos deixando mais de 100 mil mortos. Desde de então a pedido do país tropas militares e forças policiais internacionais têm ajudado a manter sob controle a situação no país.

O Brasil tem participação histórica em operações de paz, em Timor-Leste não poderia ser diferentes ainda mais a semelhança histórica e a língua que os unem. Essa ação teve repercussões positivas e negativas na opinião pública mundial, questionam-se principalmente as intenções da ajuda internacional.

Algumas questões surgem em relação à ajuda e o processo de construção da nação. O Timor Leste depende do petróleo com 89% do seu PIB, o desemprego aumenta a cada ano. Apesar de a maioria das instituições de Estado ficaram definidas pela Constituição ainda, há desafios para o governo. Uma nova crise surgiu quase colocando a perder todo o trabalho e luta conquistado até hoje, mostrando a fragilidade das novas instituições.

CAPÍTULO 4

BRASIL E O TIMOR LESTE – COOPERAÇÃO JURÍDICA

O Brasil engrossou o coro dos Estados para cooperação jurídica no Timor-Leste, Foi um aprendizado, pois além de ensinar aprendeu a reconstruir um país dilacerado pela guerra. Instituições judiciais brasileiras com o Superior Tribunal de Justiça participaram dessa cooperação.

4.1 Brasil e sua contribuição no Timor-Leste: com ênfase na Cooperação Jurídica

Tendo assumido ostensivamente, em agosto de 1990, perante a Assembléia-Geral da ONU, “que as afrontas aos direitos humanos devem ser denunciadas e combatidas com igual vigor, onde quer que ocorram”. O governo brasileiro engrossou o coro dos Estados que denunciavam as violações cometidas contra o Timor-Leste.

O governo brasileiro tem enfatizado compromisso de participar da reconstrução e a viabilização econômica e social do futuro Estado timorense.

Um dos maiores desafios a serem enfrentados pelo novo Estado reside na área da educação, e na cooperação judiciária.

Na VIII Conferência dos Ministros da Justiça dos países de língua portuguesa, realizado em novembro de 2000, em São Tomé e Príncipe, Timor Leste participou como membro observador, o Governo Brasileiro comprometeu-se a indicar um Defensor Público brasileiro para integrar Missão de Juristas da CPLP para o Estado, sob a administração transitória das Nações Unidas.

A missão se destinava a diagnosticar as necessidades prementes do novo país liberto do julgo indonésio de 25 anos, na área das instituições jurídicas e outros que lhe são mais próximos, e mais fazer, dentro das possibilidades, para aperfeiçoar o que lá já estivesse em funcionamento.

O apóio à Reestruturação do Judiciário do Timor-Leste, é um projeto desenvolvido pela Agência Brasileira de Cooperação, ligada ao Ministério de Relações Exteriores, em parceria com o Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

Com a saída dos indonésios houve muitos estragos no Judiciário do Timor-Leste, uma vez que a geração de advogados timorenses era formada nas universidades da Indonésia e sem eles, muita timorenses ficariam com profissionais sem formação.

No ano de 2004 um grupo da Agência Brasileira de Cooperação foi enviado para o país asiático para verificar como o Brasil poderia ajudar na reconstrução do Judiciário. O grupo recomendou que o país investisse no treinamento de policiais, juízes, advogados e outros de Direito. Sugere também que o Timor dê mais suporte à total independência do judiciário e crie o profissional cargo de *ombudsman* da Justiça e dos Direitos Humanos.

4.2 – Experiência de Cooperação Jurídica entre Brasil e Timor-Leste e a participação do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Em função da opressão colonial o Timor-Leste viveu anos de injustiça e ausência de paz. Os direitos humanos eram constantemente violados durante a colonização portuguesa e na ocupação da Indonésia.

O sistema judiciário timorense nos tempos coloniais portugueses se limitava a um juizado na capital de Dili. Os indonésios ampliaram os serviços para estabelecer tribunais distritais em Baucau, Maliana e Ermera, com direito a uma Corte de Apelação em Dili; a última instância era o Supremo Tribunal em Jacarta. Juizes e promotores eram recrutados na Indonésia; aos timorenses era inviabilizado o exercício de qualquer atividade de relevo na administração judiciária. Alguns advogados ligados à militância pelos direitos humanos proviam assistência judiciária, mesmo assim com restrições ao exercício da atividade forense.

O primeiro ato legiferante do administrador transitório foi Regulamentar o Decreto nº 1, de 27 de novembro de 1999, mas com efeitos retroativos a 25 de outubro de 1999, que traçava os parâmetros do sistema legislativo em Timor.

O regulamento cuidou do exercício dos poderes Executivo e Legislativo, o regime jurídico, a lei aplicável e a adoção das normas internacionais dos d

ireitos humanos e seus “standards” para o direito interno em Timor Leste.

A Corte Superior vinha decidindo reiteradamente, com base num regulamento assinado por Sergio Vieira de Melo, que dizia que se aplicava a lei que vinha sendo aplicada em Timor Leste até sua independência, que esta lei subsidiária seria a portuguesa, uma vez a invasão da Indonésia em Timor-Leste, após a independência, em 1975, não havia sido reconhecida pela comunidade internacional²⁸.

Isso provocou muita revolta na comunidade jurídica, que foi toda formada na língua e sistema indonésio. O Parlamento Nacional votou em 2003 a lei sobre a interpretação de leis estabelecendo que não contrarie a Constituição e leis vigentes, da Indonésia.

Independente da opção pela lei indonesiana, o governo continuou não aceitando jurista da Indonésia no Timor.

Como havia necessidade urgente de reconstrução do sistema judiciário pois prisões eram feitas de pessoas suspeitas de envolvimento nos distúrbios da consulta plebiscitária e de outras supostamente autoras de crimes graves. Por isso em agosto de 2000, menos de um ano depois da intervenção, juizes e promotores já estavam nomeados para os distritos. Em maio seguinte, o Tribunal Distrital de Dili fez sua primeira audiência pública.

As Nações Unidas criou um programa de reconstrução do Poder Judiciário do Timor com juízes exclusivamente de língua portuguesa. O Brasil ajudou nesta reestruturação do sistema judicial timorense. Com a saída dos indonésios a maioria dos timorenses eram sem formação suficiente para assumir cargos como o de delegados, tributaristas, juizes e promotores, era preciso garantir a estabilidade, a segurança, a lei e a ordem.

A divisão do Sistema judiciário envolvia os Tribunais distritais de primeira instância, o Tribunal de Apelação, a Promotoria Pública e a Defensoria Pública. Contam com funcionários timorenses sob treinamento de responsabilidades de funcionários do judiciário português e brasileiro.

²⁸ DA SILVA, in: op cit, pág 199

Os juízes de língua portuguesa desenvolveram funções em duas frentes distintas: A primeira, assumindo todos os processos do país, nas áreas cível, criminal e trabalhista, pois não há justiça do Trabalho separada, e a segunda, como professores, dando aulas para juízes, promotores e defensores públicos timorenses. Essa é a tarefa mais importante, pois quando os internacionais forem embora a justiça do país vai ficar sob a responsabilidade dos juízes timorenses.

A promotoria até pouco tempo era chefiada por um funcionário internacional. Com a última fase dos processos de timorização dos departamentos, um advogado timorense graduado em Portugal é hoje o procurador-geral. Ali, atuam duas seções: a Unidade dos Crimes Graves, integrada majoritariamente por promotores, investigadores e assistentes recrutados dentre os internacionais, entre eles os brasileiros.

A Defensoria Pública, conta majoritariamente com advogados locais sob a orientação de pessoal técnico internacional, recrutado e mantido pelo Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud) e também sob convênio com instituições não governamentais.

A participação do Brasil se faz sentir também na elaboração de anteprojetos para a constituinte que entra em vigor assim que acabar o mandato da ONU.

Considerando as bases histórico-culturais, lingüísticas e jurídicas em que assenta o sólido relacionamento entre os países de língua portuguesa. Fóruns são organizados pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) português, como: “Os Sistemas Judiciários na Comunidade de Países e Territórios de Língua Portuguesa (CPTLP)”, que tem o objetivo de garantir o avanço conjunto do processo comum que está a ser desenvolvido por todos os membros do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa. Dentre as cooperações estão assinatura da nova rede judiciária de informática.

O Superior Tribunal de Justiça, no Brasil lançou o Projeto “Navegar é Preciso” que visa fortalecer o Judiciário e promover o intercâmbio entre os países integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)²⁹.

O Protocolo de Cooperação Técnica entre Superior Tribunal de Justiça e Conselho da Justiça Federal e o Supremo Tribunal de Justiça de Portugal contribuem com doações, como, computador, impressoras, cartuchos de tintas, como também com sugestão de curso pela internet,

²⁹ STJ – Superior Tribunal de Justiça. Disponível em [http://www.stj.gov.br/portal/links/navegar é preciso](http://www.stj.gov.br/portal/links/navegar%20%C3%A9%20preciso), acessado em 05/02/2007

através de módulos curriculares ministrados pela Universidade de Brasília (UNB). O curso teria a duração de quatro semestres, e o término deste período, os alunos timorenses teria um custo menor para os dois Países. Com a iniciativa seria possível formar 100 advogados.

O Timor-Leste, até 2004, não possuía universidade de Direito Público e uma biblioteca, diversos livros sobre Direito e revistas foram doados pelos Ministros do Superior Tribunal de Justiça Edson Vidigal e Carlos Alberto Menezes Direito.

No dia 28 de outubro de 2004 foi assinado por todos os membros do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, o protocolo de lançamento da Rede Judiciária Informática Lusófona.

A assinatura do documento marcou o encerramento dos trabalhos da Conferência “Os Sistemas Judiciários na Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa”, que reuniu em Portugal, em outubro de 2004. Participaram o Tribunal Supremo de Angola, Superior Tribunal de Justiça do Brasil, Supremo Tribunal de Justiça de Cabo Verde, Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, Tribunal de Última Instância de Macau, Tribunal Supremo de Moçambique, Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Supremo Tribunal de Justiça de S. Tomé e Príncipe e Tribunal de Recursos de Timor-Leste.

Até 2006 o Superior Tribunal de Justiça mantinha no seu site informações sobre legislações, eventos, artigos, estruturas administrativas e atividades do Judiciário de Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor Leste, Cabo Verde e Portugal.

4.3 Cenários futuros da cooperação entre Brasil e Timor-Leste no campo jurídico

Apesar da obscuridade que ainda hoje vive o sistema judiciário no Timor-Leste, por falta de recursos humanos, financeiros, logísticos e da lei costumeira enraizado no seio da sociedade, a ajuda internacional se faz importante.

A cooperação que o Brasil mantém com países estrangeiros contribui para o fortalecimento dos laços de amizade, pautando por meios pacíficos e democráticos o objetivo de

preservar a harmonia entre os povos de todas as partes do mundo. O Itamaraty por meio da ABC, vem conseguindo atingir seus objetivos políticos de negociação³⁰.

Buscando alcançar as relações de cooperação com países em desenvolvimento o Brasil, atualmente, através de projetos e programas tem contribuído para reconstrução do Timor-Leste, especialmente nos campos jurídicos. O discurso do governo brasileiro é priorizar programas de cooperação técnica que favoreçam a intensificação das relações do Brasil com seus parceiros em desenvolvimento. Com ênfase particular nos países do Mecosul e CPLP.

O volume expressivo de CTPD do Brasil no mundo nos últimos cinco anos tem, de fato, projetado o Brasil na cena internacional. As ações e projetos totalizaram recursos da ordem de US\$15 milhões. Esses números fizeram com que o Brasil fosse reconhecido internacionalmente como um ator de relevância entre os “novos doadores” de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Segundo a ABC (2006), a partir de 2004 as diretrizes do Brasil para a CTPD passaram a ser as listadas: priorizar, apoiar, estabelecer parcerias, entre países da África, especialmente os PALOP, e Timor-Leste e outros

O embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em entrevista concedida para a revista *Via ABC* em junho de 2006, destaca que:

Ao oferecer oportunidades de cooperação, o Brasil não almeja o lucro ou o ganho comercial. Tampouco há “condicionalidades” envolvidas. Buscamos tornar realidade uma visão nova das relações entre os países em desenvolvimento, inspirada na comunhão de interesses e na ajuda mútua³¹.

Essas e outras declarações oficiais mostram a extensão da política da solidariedade e da co-responsabilidade, que o Brasil tem com os países em desenvolvimento. No caso do Timor-Leste a ajuda financeira, formulação de programas na área da justiça, assistência das instituições judiciárias estão sendo conduzidas e aprimoradas para adequar na reconstrução e democratização do Estado timorense.

³⁰ MRE – Ministério das Relações Exteriores. Disponível: www.mre.gov.br/ABC, acessado em 19 de março de 2007

³¹ AMORIM, Celso Luiz Nunes. *A cooperação como instrumento da política externa brasileira*. Entrevista concedida à revista *Via ABC*, Brasília: ABC/MRE, jun. 2006

4.4 Uma Avaliação dos resultados alcançados com os Projetos de Cooperação Brasil e Timor Leste: aspectos positivos e negativos

a) No cenário pessimista:

É fundamental a importância dos países que precisam da ajuda externa, especialmente depois de guerras civis, militares, mas nem sempre a intervenção internacional trás consigo solidariedade. Por trás da retórica de ajuda há interesses políticos e comerciais e a aproximação com regiões do mundo.

Com mais de US\$ dois (dois) bilhões angariados de vários países nos últimos sete anos, a recente crise política que culminou a queda do governo no Timor-Leste em junho de 2006, mostrou a fragilidade com que o país ainda vive.

As verbas destinadas na reconstrução do Timor-Leste, originada dos países membros da ONU, organismos internacionais e outras nações, é gerenciada em sua maior parte pelo Banco Mundial. No entanto o gerenciamento dessas verbas não fica evidente para o povo timorense, devido à falta de transparência. O governo local não participa ativamente das decisões, tem pouca autonomia diante dos recursos e das agências de desenvolvimento.

Para o Pesquisador Nicolau Neves do La'o Hamutuk (Institute for Reconstruction Monitoring and Analysis) do Timor Leste “Dar autonomia ao Timor-Leste não parece ser intenção dos países que auxiliam na reconstrução do país. Em 1999, os EUA intervieram exigindo que os recursos fossem gerenciados por organizações internacionais, americanas e européias. A Untaet, centralizou o poder, em vez de dividi-lo em três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário”.

Mesmo depois de sete anos de independência, o Timor-Leste não possui um ministro da economia, apenas um responsável pelas finanças. O Banco Mundial interfere nas ações e nas políticas econômicas.

O Brasil ao oferecer ajuda internacional não tem claramente estabelecido os critérios e metas em torno da Cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

Para o pesquisador do Instituto de Relações Internacionais (IREL) da Universidade de Brasília, Rodrigo Pires Campos: “O Brasil perde dinheiro em investimentos que beneficiam

outros países, pois não há clareza nas motivações para o estabelecimento desse tipo de relação diplomática (Cooperação), pois o país utiliza-se, em sua essência, de recursos do governo federal”.

Os recursos aplicados a fundo perdido em projeto cujo fim essencial era o desenvolvimento do país terceiro, e não nacional gera questionamentos tipo: por que enviar recursos para o exterior se internamente convivemos com graves problemas sociais?

b) No cenário otimista:

Através das cooperações o Brasil vem se consolidando como instrumento de política externa de crescente importância e projeção nas regiões geográficas do mundo.

Se houver metas e motivações claras, o Brasil poderá obter bons resultados com a cooperação internacional.

Um dos maiores desafios no Timor-Leste é a justiça. A missão do Brasil foi apoiar as decisões da ONU e contribuir com sua experiência, apoio de pessoal e financeiro.

Por fim, concluímos que a ajuda do Brasil foi relevante na reconstrução do sistema judiciário em Timor-Leste, que está funcionando pouco a pouco com ajuda de juizes, procuradores e defensores públicos, inicialmente treinados por funcionários do judiciário português e brasileiro.

O Superior Tribunal de Justiça foi significativo nessa reconstrução, ajudou na parte logística e na conscientização de uma justiça forte e plena.

Um olhar mais apurado nota-se que muita coisa necessita ser feita, reconhecendo as dificuldades a serem enfrentadas medidas devem ser criadas para que o judiciário exerça seu papel adequadamente.

CONCLUSÃO

O Timor durante muitos anos foi relegado à colônia de escala menor pelos portugueses, que o viam como um lugar longínquo, infestado de doenças e dificuldades intransponíveis.

Em 1859 foram concluídas as repartições entre Portugal e Holanda. Portugal ficou administrando a parte leste da ilha, a partir daí acreditou-se que a presença definitiva dos portugueses iria levar os timorenses à prosperidade, que até então muito pouca coisa tinha sido feita.

Considerados selvagens as autoridades portuguesas introduziram a força o que eles consideravam civilização, persistia a idéia de que, o estilo de vida ocidental deveria se impor à cultura local. Segundo De Castro: “intervenção armada era freqüentemente vista como necessária para impor a civilização aos selvagens timorenses. De forma, astuta, fazia-se uso estratégico da animosidade dos grupos políticos timorenses”.³²

Em 1975, com a saída dos portugueses o povo timorense ficou sujeito à Indonésia que através de invasão incorporou politicamente o território e proclamou a 27ª província da República da Indonésia. A capital de Timor-Leste, Dili se transformou numa cidade indonesiana, habitada pelo exercito invasor.

A comunidade internacional foi totalmente contra, a ONU condenou a ação através de 12 resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral das Nações Unidas, que não surtiu efeito. Somente em 1999 a ONU vai engajar novamente na questão do Timor-Leste como facilitadora da história da votação pela independência.

O desafio da ONU era formar um Estado em poucos meses, com o apoio integral da comunidade internacional. Era preciso garantir a estabilidade, a segurança, a lei e a ordem. O povo timorense tinha direito de traçar seu destino e as Nações Unidas apoiou essa decisão.

A Indonésia conduziu uma campanha de terror, matando mais de mil pessoas e deslocando três quartos da população para abrigos e esconderijos.

³² DE CASTRO, Afonso de, *As possessões portuguesas na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional.1867, pág. 185.

A pedido das autoridades timorenses as Nações Unidas formou a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) onde operações de força, manutenção de paz e missão administrativa vão preparar o Timor para o autogoverno.

A participação internacional vai ajudar a reconstrução do Timor-Leste apesar do envolvimento de muitos atores e doadores, sendo que cada um possui seu próprio sistema fiscal, interesses políticos, ideologias e programas.

O Timor-Leste necessitava de toda ajuda, no sistema judicial havia uma preocupação maior, pois o seu funcionamento era precário e quase inexistente. As cooperações internacionais jurídicas ajudaram para definirem qual seria o sistema judicial mais eficiente e efetivo para um país pós-conflito como o Timor-Leste. Isto incluía obstáculo como as deficiências logísticas e culturais.

Reorganizar o Sistema Judiciário do Timor-Leste foi uma das atividades que o Brasil participou através do Ministério das Relações Exteriores, da Cooperação dos Países de Língua Portuguesa, ONU e Instituição Judiciárias como o Superior Tribunal de Justiça. As identidades histórica e cultural que os unem, constituíram fatores de sucesso para os programas de desenvolvimento existentes em ambos os países, conforme atesta o decidido apoio às iniciativas de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Esse trabalho teve o intuito de tentar atrelar a história passada com os fatos presentes. À medida que a pesquisa foi se aproximando do presente às fontes utilizadas foram: publicações do governo nacional, instituições internacionais, relatórios econômicos e a imprensa diária.

Apesar das cooperações internacionais sofreram influências diretas das diferentes fases da conjuntura mundial este instrumento, ainda, é muito importante para o reordenamento dos objetivos traçados pelos Estados e conseqüentemente merece atenção especial onde demanda maiores análises para o seu avanço.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento 2005. Disponível em: <http://www.abc.mre.gov.br>, acesso em 25 de março de 2007

ALMEIDA, Paulo Roberto. *O estudo das relações internacionais do Brasil “Um dialogo entre a diplomacia e a academia”*. Brasília: Editora LGE, 2006.

AMANDO, Luiz Cervo. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. A cooperação como instrumento da política externa brasileira. Entrevista concedida à revista Via ABC, Brasília: ABC/MRE, jun. 2006.

ARAÚJO, Abílio de. *Timor Leste: Os Loricos Voltaram a Cantar: Das Guerras Independentistas à Revolução do Povo Mauber*. Lisboa: 1977.

ARCOVITCH, Jacques. *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Edusp - Editora da USP, 1994.

BANCO MUNDIAL. *Documento Básico para o Encontro dos Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste*. Dili: abril de 2006.

DA SILVA, Kelly Cristina (org.) e SIMÃO, Daniel Schroeter (org.). *Timor Leste por Trás do Palco – Cooperação Internacional e a Dialética da Formação do Estado*. B Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007 .

DE CASTRO, Afonso. *As possessões portuguesas na Oceania*. Lisboa: Imprensa, 1867.

BRASIL. Constituição 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 203/74, de 15 de maio, que define o programa do Governo Provisório em relação à Política Ultramarina. Disponível em <http://www.timoleste.org>, acesso em 07 de fevereiro de 2007.

GAMA, Jaime. Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Discurso em Cabo Verde, em 1983. Planalto. Disponível em <http://www.timorleste.org>, acesso em 16 janeiro de 2007

GUSMÃO, Xanana. *Timor Leste: um povo. uma pátria*. Lisboa: Colibri, 1994.

LA'O, Hamutuk. *Financiamento e reconstrução de Timor Leste, The La'o Hamutuk Bulletin*, v.2, n.1 abril de 2001. Disponível em <http://www.laohamutuk.org>, acesso em 15 de outubro de 2006.

MARCOVITCH, Jacques. *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*. São Paulo: Edusp - Editora da USP, 1994.

MARCOVITCH, Jacques. *Sergio Vieira de Mello: Pensamento e Memória*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo/Saraiva, 2004.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*. 3ª ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PEREIRA, Dulce Maria. Secretária. Executiva da CPLP. Entrevista concedida ao Portalafro. Disponível em <http://www.portalafro.com.br>, acesso em 20 de janeiro de 2007

PIRES, Mário Lemos. *Descolonização de Timor: Missão Impossível?* Lisboa: Círculo de Leitores e Publicações Dom Quixote, 1991.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.pnud.org>, acesso em 07 de maio de 2007.

RAMOS, E.Horta, Relatório do Governo, Timor Leste no Conselho de Segurança da ONU em 05 de maio de 2001. Disponível em <http://www.onu.org>, acesso em 09 de abril de 2007.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Relatório do Programa de Monitorização do Sistema Judicial. Visão Geral sobre o sector da Justiça de Timor-Leste em 2005. Disponível em <http://www.jsmp.mimiub.org>, acesso em 28 de abril de 2007.

TRUVIO, Marcos. *Tecnologia & Diplomacia. Desafios da Cooperação Internacional*. São Paulo: Ed. Aduaneiras, 2003.

ANEXO A

Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005 e Bissau/2006)

Artigo 1º (Denominação)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros.

Artigo 2º (Estatuto Jurídico)

A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 3º (Objectivos)

São objectivos gerais da CPLP:

- a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos *fora* internacionais;
- b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa;

Artigo 4º (Sede)

A Sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, a capital da República

Artigo 5º (Princípios Orientadores)

1. A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- a) Igualdade soberana dos Estados membros;
- b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- c) Respeito pela sua identidade nacional;
- d) Reciprocidade de tratamento;
- e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- f) Respeito pela sua integridade territorial;
- g) Promoção do Desenvolvimento;
- h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

2. A CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objectivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

Artigo 6º (Membros)

1. Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.

2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita por decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, e tem efeito imediato.

3. O pedido formal de adesão deverá ser depositado no Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 7º (Observadores)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá admitir Observadores com categoria de Associados ou com categoria de Consultivos. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Associado:

1. Aos Estados que embora não reunindo as condições necessárias para ser membros de pleno direito da CPLP, partilhem os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, e prossigam através dos seus programas de governo objectivos idênticos aos da Organização;

2. Às organizações internacionais, universais ou regionais, aos organismos intergovernamentais e às entidades territoriais dotadas de órgãos administração autónomos que partilhem os princípios orientadores e os objectivos da CPLP nos termos referidos na alínea anterior;

3. Os Estados, as Organizações Internacionais Universais ou Regionais, os organismos intergovernamentais e as entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos, a que se refere o número anterior, beneficiarão dessa qualidade a título permanente e poderão participar, sem direito a voto, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser ainda convidados para Reuniões de carácter técnico;

4. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Consultivo às organizações da sociedade civil interessadas nos objectivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com acções específicas no âmbito da Organização;

5. A categoria de Observador Consultivo permitirá às entidades a quem for atribuída assistir a reuniões de carácter técnico e o acesso às decisões tomadas nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como pelo Conselho de Ministros;

6. As candidaturas à categoria de Observador Associado deverão ser devidamente fundamentadas de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objectivos da CPLP. Serão apresentadas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros, o

qual recomendará a decisão final a ser tomada pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo;

7. As candidaturas à categoria de Observador Consultivo, devidamente fundamentadas, serão dirigidas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros para decisão;

8. A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações das condições que recomendaram a sua concessão. A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respectiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente;

9. Qualquer Estado membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores.

Artigo 8º (Órgãos)

1. São órgãos da CPLP:

- a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- b) O Conselho de Ministros;
- c) O Comité de Concertação Permanente;
- d) O Secretariado Executivo.

2. Além dos referidos no número anterior, também são órgãos da CPLP a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais.

3. Na materialização dos seus objectivos a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados membros da CPLP.

Artigo 9º (Instituto Internacional de Língua Portuguesa)

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais.

Artigo 10º (Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros e é o órgão máximo da CPLP.

2. São competências da Conferência:

- a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- b) Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros.

4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros.

Artigo 11º (Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:

- a) Presidir às reuniões da Conferência;
- b) Acompanhar a implementação das decisões da Conferência e a acção dos demais órgãos da CPLP;
- c) Representar a CPLP;
- d) Convocar e transmitir orientações ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência.

Artigo 12º (Conselho de Ministros)

1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados membros.
2. São competências do Conselho de Ministros:
 - a) Coordenar as actividades da CPLP;
 - b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;
 - c) Definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP;
 - d) Aprovar o orçamento da CPLP e do IILP;
 - e) Formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;
 - f) Recomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo;
 - g) Eleger o Director Executivo do IILP;
 - h) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP;
 - i) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência
3. O Conselho de Ministros elege de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos.
4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.
5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, à qual deverá apresentar os respectivos relatórios.
6. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

Artigo 13º (Competências do Presidente do Conselho de Ministros)

São competências do Presidente do Conselho de Ministros:

- a) Presidir às reuniões do Conselho;
- b) Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho;
- c) Representar a CPLP;
- d) Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comité de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se

mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

Artigo 14º (Comité de Concertação Permanente)

1. O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados Membros da CPLP.
2. Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP.
3. Compete ainda ao Comité de Concertação Permanente acompanhar as acções levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP.
4. O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.
5. O Comité de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.
6. As decisões do Comité de Concertação Permanente são tomadas por consenso.
7. O Comité de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.
8. O Comité de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 12º, *ad referendum* do Conselho de Ministros.

Artigo 15º (Competências do Instituto Internacional de Língua Portuguesa)

1. Na prossecução dos seus objectivos, quer entre Estados-Membros, quer no plano internacional, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tomará em consideração a orientação geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a diversidade cultural dos países que a constituem.
2. O IILP gozará de autonomia científica e administrativa, recebendo orientação quanto aos objectivos a prosseguir dos seus órgãos próprios nomeadamente do Conselho Científico.
3. O IILP é chefiado por um Director Executivo que é uma Alta Personalidade dos Estados-Membros, preferencialmente com experiência em políticas de Língua Portuguesa, e que será eleito pelo Conselho de Ministros para um mandato de dois anos, renovável uma única vez.
4. A acção do Director Executivo será apoiada pelo Conselho Científico composto por representantes de todos os Estados-Membros e que se reunirá, no mínimo, anualmente. O Secretariado Executivo far-se-á representar na reunião do Conselho Científico pelo Assessor para matérias da Língua e Cultura.

Artigo 16º (Secretariado Executivo)

1. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:
 - a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente;

- b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
 - c) Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;
 - d) Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.
2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 17º (Secretário Executivo)

1. O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros por ordem alfabética crescente.
2. No final do mandato, é facultado ao Estado Membro cujo nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo apresentar candidatura, por mais um mandato de dois anos, para o cargo de Secretário Executivo.
3. São principais competências do Secretário Executivo:
 - a) Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;
 - b) Apresentar propostas ao Conselho de Ministros e às Reuniões Ministeriais, após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
 - c) Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente;
 - d) Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;
 - e) Propor a convocação de reuniões extraordinárias sempre que a situação o justifique;
 - f) Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP;
 - g) Representar a CPLP nos *fora* internacionais;
 - h) Celebrar acordos com outras organizações e agências internacionais, após aprovação pelo Comité de Concertação Permanente;
 - i) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente;
 - j) O Secretário Executivo poderá delegar no Director Geral parte das suas funções incluindo, com carácter excepcional e informados os Estados membros, a sua representação no exterior.

Artigo 18º (Director Geral)

1. O Director Geral é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período;
2. O Director Geral é responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente do Secretariado, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projectos levados a cabo pelo Secretariado.

Artigo 19º (Reunião dos Pontos Focais de Cooperação)

1. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP.
2. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é coordenada pelo representante do Estado membro que detém a Presidência.

3. Compete à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu coordenador apresentar ao Comité de Concertação Permanente um ponto de situação sobre a execução dos programas apresentados no início de cada semestre.
4. Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

Artigo 20º (Reuniões Ministeriais)

1. As Reuniões Ministeriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros.
2. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.
3. O Estado membro anfitrião promoverá o depósito, junto do Secretariado Executivo dos documentos aprovados nas Reuniões Ministeriais, que deles dará conhecimento ao Comité de Concertação Permanente.
4. As acções aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. As acções a serem financiadas pelo Fundo Especial da CPLP deverão submeter-se às normas e procedimentos previstos no Regimento do Fundo Especial.

Artigo 21º (Quórum)

O Quórum para a realização de todas as reuniões da CPLP e de suas instituições é de pelo menos seis Estados membros.

Artigo 22º (Decisões)

As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados membros.

Artigo 23º (Regimento Interno)

Os órgãos e instituições da CPLP definirão o seu próprio regimento interno.

Artigo 24º (Proveniência dos Fundos)

1. Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.
2. A CPLP conta com um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das Acções Concretas levadas a cabo no quadro da CPLP, constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, e regido por Regimento próprio, aprovado pelo Conselho de Ministros.

Artigo 25º (Orçamento)

1. O orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do mesmo ano.
2. A proposta orçamental é preparada pelo Secretário Executivo e, depois de apreciada pelo Comité de Concertação Permanente, submetida à decisão dos Estados membros, pelo menos três meses antes do início do novo exercício orçamental.

3. O Director Executivo do IILP apresentará, anualmente, ao Comité de Concertação Permanente, um Projecto de Orçamento de Funcionamento acompanhado das necessárias notas explicativas. No início de cada ano, o Director Executivo do IILP apresentará um relatório detalhado da execução orçamental, por forma a que este seja apresentado às Auditorias que inspeccionam as contas da CPLP.
4. O orçamento de funcionamento do IILP será aprovado, anualmente, pelo Comité de Concertação Permanente *ad referendum* do Conselho de Ministros, devendo seguir procedimentos similares aos do orçamento de funcionamento da CPLP.

Artigo 26º (Património)

1. O Património da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos, ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 27º (Emenda)

1. O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretário Executivo uma notificação contendo as propostas de emenda.
2. O Secretário Executivo comunicará ao Comité de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no n.º 1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 28º (Entrada em Vigor)

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.
2. Os presentes Estatutos serão adoptados por todos os Estados membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 29º (Depositário)

Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros.

Bissau, em 17 de Julho de 2006.

Pelo Governo da República de Angola

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Pelo Governo da República de Cabo Verde

Pelo Governo da República da Guiné-Bissau

Pelo Governo da República de Moçambique

Pelo Governo da República Portuguesa

Pelo Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pelo Governo da República Democrática de Timor-Leste

ANEXO B

